# AGRO ANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 45 | Nº 01 | JANEIRO 2025



## ACORDO MERCOSUL-UE
### O IMPACTO POSITIVO SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

**MILHO** PREVISÕES PARA A PRODUÇÃO E OS PREÇOS EM 2025

**COP 30** PAPEL DO BRASIL NA LIDERANÇA CLIMÁTICA GLOBAL

**AGRO PLUS** COMO A BOA GESTÃO IMPACTA O AGRONEGÓCIO



## TRANSFORME SUA LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO COM O PROGRAMA

# CEO AGRO DA FGV

Integre inovação e sustentabilidade no agronegócio com o programa **CEO Agro da FGV**. Explore tecnologias avançadas e práticas sustentáveis, melhorando a eficiência e garantindo o desenvolvimento do setor.

Desenvolva habilidades para enfrentar desafios globais e promover uma gestão eficiente. O conteúdo aborda desde a competitividade global até a governança digital, preparando você para decisões estratégicas.

Participe de uma imersão exclusiva que combina teoria e prática, ampliando sua rede de contatos e gerando novas oportunidades de negócios.

**Torne-se um líder transformador no agronegócio sustentável.**

SAIBA MAIS

ALTA GESTÃO FGV

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

**Sede:** Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
**Primeiro Presidente e Fundador:** Luiz Simões Lopes
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidentes:** Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
**Presidente:** Carlos Ivan Simonsen Leal
**Vice-presidentes:** Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
**Vogais:** Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
**Suplentes:** Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
**Vogais:** Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
**Suplentes:** Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

**Diretor da FGV IBRE:** Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

*Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas*

**Conselho Editorial:** Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
**Editor-chefe:** Antônio Carlos Kfouri Aidar
**Editores-executivos:** Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
**Fundadores:** Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

**Coordenação de Produção:** Karina Souza
**Capa:** Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
**Arte e Diagramação:** Alexandre Monteiro
**Revisão e Edição Textual:** Alexandre Sobreiro
**Secretaria e Administração:** Ana Caroline Teshima
**Publicidade e Comercial:** Ana Caroline Teshima
**Estagiário:** Tiago Gelly Lorente

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

PATROCÍNIO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

BASF
We create chemistry

abag

unica

agroceres MULTIMIX

## O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

# SUSTENTABILIDADE, COMPETITIVIDADE E INTEGRAÇÃO GLOBAL

NO CENÁRIO internacional, o ano inicia-se sob a sombra das incertezas relacionadas às primeiras medidas do governo Trump no campo das relações comerciais e da regulação de mercados. Essas decisões prometem impactar diretamente o desempenho global dos mercados, enquanto os preços das *commodities*, após a retração observada no ano anterior, devem apresentar estabilidade, limitando a rentabilidade de diversos produtos agrícolas.

No plano interno, a inflação segue pressionada, com projeções de um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ao redor do teto da meta em 2025, impulsionado pela forte demanda doméstica e pela desvalorização cambial, que mantém o dólar acima de R$ 6,00 neste momento. Esse contexto complica o início de um novo ciclo de cortes na taxa Selic, evidenciando a postura cautelosa do Banco Central do Brasil (BCB) frente aos riscos inflacionários.

Para o agronegócio, a combinação de juros altos, câmbio volátil e aumento nos custos de produção impõe um planejamento rigoroso, especialmente nas operações que envolvem a importação de insumos e a negociação de contratos de exportação. Embora o câmbio elevado ofereça algum alívio ao potencializar as receitas em reais no mercado externo, ele também encarece itens dolarizados e dificulta investimentos em tecnologia e infraestrutura, limitando ganhos de longo prazo.

Nesse cenário de desafios e oportunidades, o recente acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) destaca-se como um marco estratégico para o Brasil. Após 25 anos de negociações, o pacto foi finalmente concluído, trazendo a promessa de ampliar o acesso a mercados de alto valor agregado e fortalecer a imagem do País como exportador de produtos agrícolas de qualidade. Contudo, as condições estabelecidas pela UE – como quotas e tarifas para produtos sensíveis, especialmente carnes, etanol e açúcar – refletem o protecionismo europeu, restringindo o potencial pleno do acordo e exigindo uma postura estratégica do Brasil para maximizar os seus benefícios.

Ainda assim, o pacto representa uma importante conquista para o agronegócio brasileiro. O acordo não só reforça a relação comercial com a UE, mas também gera um efeito sinalização ao consolidar a reputação do Brasil como um fornecedor competitivo e sustentável. Essa credibilidade é especialmente valiosa em um cenário internacional marcado pelo avanço do protecionismo verde, em que critérios ambientais e sociais assumem um papel central na abertura de mercados. Para explorar todo o potencial dessa parceria, o Brasil precisará demonstrar rigor na aplicação de legislações como o Código Florestal e nas normas trabalhistas, além de ampliar esforços de diversificação comercial, buscando novos mercados em regiões estratégicas, como o Reino Unido, o Canadá e o Sudeste Asiático.

No campo, a safra de milho 2024/25 exemplifica os desafios climáticos e operacionais que o setor enfrenta. O atraso das chuvas no início do plantio gerou preocupações quanto à janela de semeadura, agravadas pela influência do fenômeno La Niña, ainda que em intensidade moderada. Apesar disso, as projeções indicam avanços na produtividade e na área plantada para a segunda safra. Entretanto, a demanda crescente por etanol e nutrição animal, aliada à volatilidade climática, mantém os preços elevados.

A sustentabilidade emerge como um dos diferenciais mais importantes para o futuro do agronegócio brasileiro. Programas como o Agro Plus, promovido pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), demonstram que é possível unir produtividade e responsabilidade socioambiental. Com 8.200 propriedades rurais beneficiadas, o Agro Plus promove a adoção de práticas que atendem as exigências legais e de mercados globais, enquanto aumentam a eficiência produtiva.

Para concluir, o Brasil prepara-se para ser o anfitrião da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês), que acontecerá em novembro próximo, pela primeira vez numa cidade amazônica. Respondendo aos anseios do mundo por lideranças tangíveis, o Brasil terá a oportunidade, nessa COP em Belém, de desempenhar o seu protagonismo demonstrando os resultados de redução do desmatamento e os avanços na transição energética e na regulamentação de mercados climáticos. Apenas por meio da implementação de políticas que integrem os três eixos da sustentabilidade, o País conseguirá consolidar a sua posição, garantindo a concretização dos compromissos assumidos nas últimas COPs. ■

## 04 EDITORIAL

**06 AGRODROPS**

## 15 MERCADOS & NEGÓCIOS

15 CAPA EM UM MUNDO MAIS PROTECIONISTA, UM ACORDO VEM A CALHAR

17 CAPA EXPECTATIVAS PARA A SEGUNDA SAFRA 2024/25 DE MILHO



20 CAPA DE OLHO NO ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE

23 CENÁRIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA FRANÇA



## 27 POLÍTICA AMBIENTAL

27 CAPA ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE: IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL



## 31 SUSTENTABILIDADE

31 CAPA COP 30: ÚLTIMO ATO OU NOVA CENA NO MEIO CLIMÁTICO GLOBAL?

33



CAPA **ABIOVE**
GESTÃO DA PROPRIEDADE FAZ A DIFERENÇA

**35 AGRICULTURA REGENERATIVA**
AVANÇO DA AGRICULTURA REGENERATIVA NO BRASIL

**36 PRODUZIR**
O QUE ESPERAR DE 2025 NO AGRONEGÓCIO

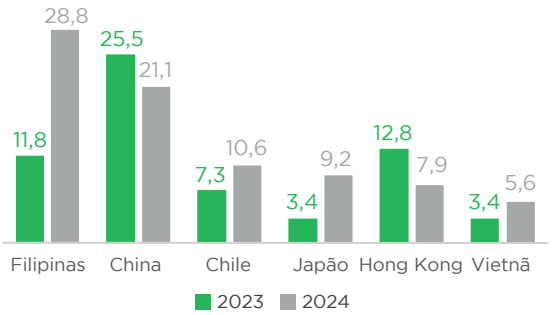
**37 OPINIÃO**
2024: O ANO DA FORÇA DO AGRO PAULISTA

**38 REFLEXÃO**
DE 2024 A 2025: ALGO NOVO?

## VOLUME EXPORTADO DE CARNE SUÍNA É O TERCEIRO MAIOR DA HISTÓRIA

De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o Brasil exportou 121,1 mil toneladas de carne suína em novembro último, alcançando o terceiro maior volume contabilizado na série histórica mensal do setor. Frente ao mesmo mês de 2023, isso equivale a um crescimento de 15,1%. No acumulado do ano (isto é, de janeiro a novembro), as exportações totalizaram 1,243 milhão de toneladas – um aumento de 11,1% em relação ao mesmo período do ano passado. De acordo com a ABPA, o aumento nas exportações reflete a ampliação do mercado internacional e o impacto positivo do sistema *pre-listing*, que é um acordo que permite que empresas habilitadas pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) solicitem credenciamento para exportar carne suína para países que aceitam esse processo. Isso facilitou as vendas para destinos como as Filipinas e o Chile, que, no período, aumentaram suas compras de carne suína do Brasil em, respectivamente, 143,9% e 45,7%.

**PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE SUÍNA EM NOVEMBRO DE 2023 E DE 2024**
(MILHARES DE TONELADAS)

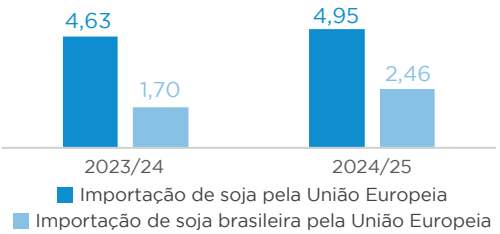



Fonte: ABPA

## QUASE 50% DAS IMPORTAÇÕES DE SOJA DA UNIÃO EUROPEIA VÊM DO BRASIL

Segundo dados da Comissão Europeia, as importações de soja, na safra 2024/25 (iniciada em julho), totalizaram 4,95 milhões de toneladas até novembro último. Esse volume corresponde a uma expansão de aproximadamente 7,0% frente ao mesmo período de 2023. Do total importado de soja pelo bloco europeu, o produto brasileiro respondeu por quase 50,0%, com 2,46 milhões de toneladas, representando uma alta de 44,7% no período. As importações de farelo de soja pela União Europeia, por sua vez, expandiram em 25,0%, atingindo 7,64 milhões de toneladas. Desse total, o Brasil respondeu também por quase 50,0%, seguido pela Argentina, com 38,9% do total do volume importado pelo bloco europeu.

**IMPORTAÇÕES DE SOJA PELA UNIÃO EUROPEIA NAS SAFRAS 2023/24 E 2024/25***
(MILHÕES DE TONELADAS)

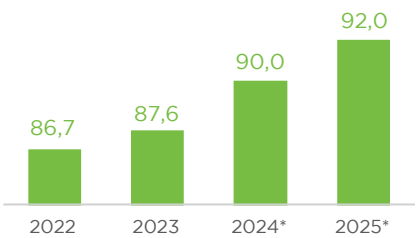



Nota: foram considerados os meses de julho a novembro para as duas safras
Fonte: Comissão Europeia

## PRODUÇÃO DE RAÇÃO ANIMAL E SAL MINERAL DEVE CRESCER 2,7%

Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações), a produção de ração e sal mineral no Brasil deve atingir 90,00 milhões de toneladas em 2024, o que corresponde a um aumento de 2,7% em relação a 2023. O setor foi favorecido por custos de produção menos pressionados e uma maior demanda da avicultura, notadamente das galinhas poedeiras, cuja alta de consumo de ração está estimada em 6,5% frente a 2023, totalizando 7,35 milhões de toneladas. Para 2025, o Sindirações projeta que o Brasil deverá seguir avançando na produção de ração, estimando uma expansão de aproximadamente 2,0% em relação a 2024, alcançando algo em torno de 92,00 milhões de toneladas. Por fim, o Sindicato destaca que o setor deve ficar atento a impactos de uma possível guerra tarifária entre os Estados Unidos e a China, que poderá impactar os preços das *commodities*.

**BRASIL: PRODUÇÃO DE RAÇÃO E SAL MINERAL**
(MILHÕES DE TONELADAS)

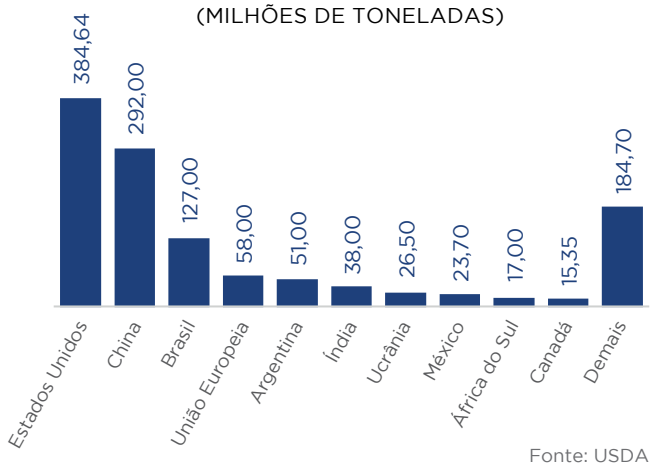



*Previsão
Fonte: Sindirações

## SAFRA GLOBAL DE MILHO 2024/25 É REVISADA PARA BAIXO

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) reduziu a projeção da safra global de milho 2024/25, estimando uma produção de 1,217 bilhão de toneladas, abaixo do 1,219 bilhão de toneladas indicado em novembro último. Os estoques finais globais também foram ajustados para 296,44 milhões de toneladas, um valor inferior às previsões anteriores, que eram de 304,14 milhões de toneladas. Na liderança da produção mundial de milho, é projetada para os Estados Unidos uma safra de 384,64 milhões de toneladas. A China, em segundo lugar, deve produzir 292,00 milhões de toneladas. O Brasil mantém a terceira posição, com 127,00 milhões de toneladas.

**ESTIMATIVAS PARA A PRODUÇÃO DE MILHO DOS PRINCIPAIS PRODUTORES NA SAFRA 2024/25**
(MILHÕES DE TONELADAS)

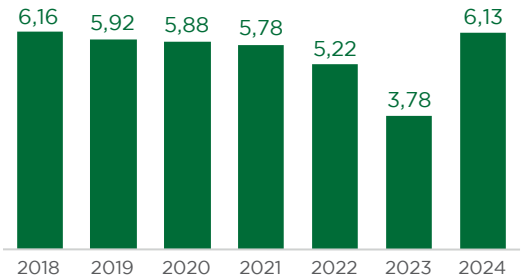



Fonte: USDA

## IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE TRIGO CRESCEM 61,9%

De acordo com dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), considerando o período de janeiro a novembro de 2024, a importação de trigo pelo Brasil somou 6,13 milhões de toneladas em 2024, correspondendo a um aumento de 61,9% frente ao mesmo período de 2023. Vale destacar que esse é o maior volume importado desde 2018. O aumento é reflexo de problemas climáticos que afetaram a qualidade do cereal nos principais estados produtores do Brasil, reduzindo a oferta interna. A escassez de trigo com pH panificável obrigou o País a ampliar as suas compras externas. A Argentina é o principal fornecedor de trigo ao Brasil, seguida pelo Uruguai e pela Rússia.

**BRASIL: VOLUME DE IMPORTAÇÃO DE TRIGO**
(MILHÕES DE TONELADAS)

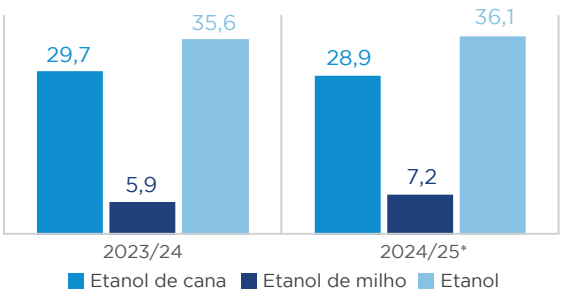



Nota: foi considerado o acumulado de janeiro a novembro de cada ano
Fonte: MAPA

## PRODUÇÃO DE ETANOL IMPULSIONADA PELO MILHO

A produção de etanol no Brasil deve atingir 36,1 bilhões de litros na safra 2024/25 – um aumento de 1,3% em relação à safra anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Esse crescimento será impulsionado pela expansão da produção de etanol de milho, que deve avançar 22,1%, somando 7,2 bilhões de litros, frente a 5,9 bilhões de litros registrados no ciclo passado. O avanço é atribuído a novos investimentos em plantas industriais, especialmente em Mato Grosso, principal produtor nacional, onde a oferta abundante e de baixo custo do cereal favorece o crescimento. Já a produção de etanol a partir de cana-de-açúcar deverá registrar uma queda de 2,8%, totalizando 28,9 bilhões de litros, como um reflexo de uma menor produtividade devido às condições climáticas adversas.

**BRASIL: PRODUÇÃO DE ETANOL**
(BILHÕES DE LITROS)

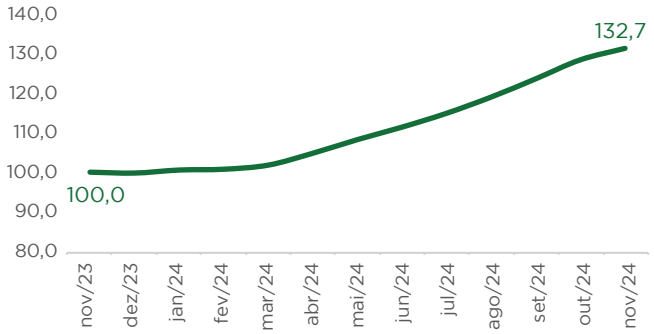



*Estimativa
Fonte: Conab

## PREÇO DO CAFÉ SOBE MAIS DE 32% EM DOZE MESES

De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o preço do café moído subiu 32,7% entre novembro de 2023 e o mesmo mês de 2024. Essa histórica elevação dos preços é consequência de estimativas que indicam uma diminuição nas colheitas de café, decorrente da intensificação de eventos climáticos extremos, como secas e inundações, nas principais regiões produtoras, incluindo o Brasil e o Vietnã. Especialistas apontam que o desequilíbrio entre oferta e demanda será agravado pelas mudanças climáticas, enquanto o consumo global, impulsionado pela demanda crescente da China, deve continuar a aumentar. Ou seja, a perspectiva é de que os aumentos no preço do café devem continuar.

**BRASIL: EVOLUÇÃO DO PREÇO DO CAFÉ MOÍDO**
(BASE 100 = NOVEMBRO DE 2023)

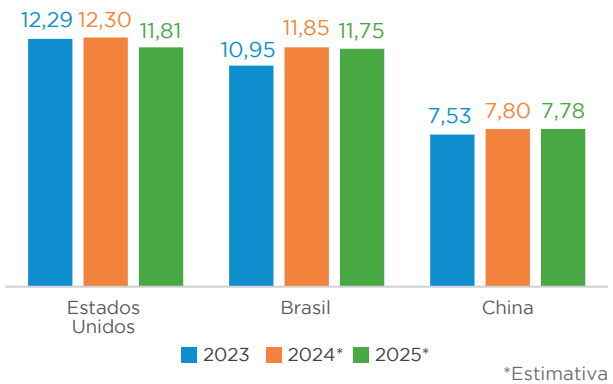



Fonte: IPCA

## PRODUÇÃO MUNDIAL DE CARNE BOVINA DEVE CRESCER 2,4%

A produção global de carne bovina deve crescer 2,4% em 2024, alcançando 61,38 milhões de toneladas, segundo o relatório de dezembro de 2024 do USDA. Os Estados Unidos, o Brasil e a China lideram a produção, representando, juntos, mais de 50% do volume total mundial. Entre esses principais países, o Brasil deve puxar o crescimento da produção global, uma vez que a expectativa é de um crescimento de 8,2% na sua produção frente à de 2023. A produção chinesa, por sua vez, deverá crescer 3,6%, enquanto a norte-americana deverá manter-se praticamente estável (com uma leve alta de 0,1%). Para 2025, as projeções indicam uma leve queda para a produção do Brasil (-0,8%), por conta da reversão do ciclo pecuário, com uma maior retenção de fêmeas pelos pecuaristas, reduzindo a oferta de animais para abate. As produções da China (-0,3%) e dos Estados Unidos (-4,0%) também devem diminuir.

**PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA DOS PRINCIPAIS PAÍSES**
(MILHÕES DE TONELADAS)




*Estimativa
Fonte: USDA

## LIDERANÇA NA EXPORTAÇÃO DE CELULOSE

O setor de florestas cultivadas no Brasil planta, colhe e replanta árvores para fins industriais em 10,2 milhões de hectares. Áreas degradadas e pastagens de baixa produtividade são utilizadas para a sua expansão. Em 2022, o País se tornou o maior produtor e exportador de celulose, com oferta de fibras curta (eucalipto) e longa (pínus). Essa combinação possibilita variadas frentes de negócio. As projeções de crescimento na produção persistem para 2034. Com certificações de reconhecimento internacional, as empresas exportadoras garantem um manejo ambiental adequado para a produção dos animais.

**BRASIL: PRODUÇÃO DE PAPEL E CELULOSE**
(MILHÕES DE TONELADAS)

| ANO | Celulose | Papel |
|---|---|---|
| **2004** | 10,35 | 8,32 |
| **2014** | 16,47 | 10,40 |
| **2024*** | 25,44 | 11,02 |
| **2034*** | 31,66 | 12,80 |

*Projeção
Fontes: MAPA-Conab; CGPOP/DAEP/SPA/MAPA; SUEST/SMAE/Embrapa; Embrapa Solos a partir de dados da Conab

## EXPANSÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE GRÃOS

A visão prospectiva implica revisões periódicas das projeções da agropecuária. Em face da dinâmica constante dos ambientes interno e externo do País, as equipes do MAPA e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizam esse importante trabalho a cada ano. Além de indicar as direções de crescimento, as análises fornecem informações aos formuladores de políticas agrícolas e às empresas atuantes no setor. Os estudos baseiam-se em modelos econométricos de séries temporais, como no caso da área e da produção de grãos.

**BRASIL: PROJEÇÃO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DE GRÃOS**

| SAFRA | Área | | Produção | |
|---|---|---|---|---|
| | Milhões de hectares | Variação % | Milhões de toneladas | Variação % |
| 1983/84 | 35,63 | – | 47,66 | – |
| 1993/94 | 43,95 | 23,3 | 52,43 | 10,0 |
| 2003/04 | 47,42 | 7,9 | 96,04 | 83,2 |
| 2013/14 | 57,06 | 20,3 | 119,11 | 24,0 |
| 2023/24* | 79,82 | 39,9 | 298,41 | 150,5 |
| 2033/34* | 92,20 | 15,6 | 378,95 | 26,9 |

*Projeção
Fontes: MAPA-Conab; CGPOP/DAEP/SPA/MAPA; SUEST/SMAE/Embrapa; Embrapa Solos a partir de dados da Conab

## AMENDOIM DESTACA-SE NA AGRICULTURA CONTEMPORÂNEA

Em ascensão no agronegócio nacional, os campos de amendoais têm dado saltos na área e na produção em anos recentes. A cultura representa uma excelente alternativa para rotação com a cana-de-açúcar. A oferta de cultivares genéticas superiores aumenta a produtividade das lavouras. Os maquinários modernos para produção e processamento da matéria-prima na cadeia de produção motivam os agricultores a tomarem a decisão de expandir. Essa configuração de avanço tecnológico valoriza os preços e amplia os mercados interno e externo.

**BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE AMENDOIM**

| SAFRA | Área (milhares de hectares) | Produção (milhares de toneladas) |
|---|---|---|
| 2014/15 | 108,9 | 346,8 |
| 2015/16 | 119,6 | 406,1 |
| 2016/17 | 129,3 | 466,2 |
| 2017/18 | 139,3 | 515,9 |
| 2018/19 | 146,8 | 431,6 |
| 2019/20 | 160,5 | 557,5 |
| 2020/21 | 165,6 | 596,9 |
| 2021/22 | 200,1 | 746,8 |
| 2022/23 | 220,9 | 892,8 |
| 2023/24 | 255,4 | 733,7 |
| 2024/25 | 278,3 | 1.070,0 |

*Projeção
Fonte: Conab

ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**




SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!

# CURSOS

FGV AGRO

INSCREVA-SE AQUI:

**Comece o ano especializando-se no setor agro com os cursos de curta duração do FGV Agro.**

Nossos cursos combinam teoria e prática de uma forma bem precisa e focada, proporcionando uma formação completa e objetiva aos alunos.

**FIQUE ATENTO ÀS DATAS E NÃO PERCA A OPORTUNIDADE!**

## FEVEREIRO

Curso

**NORMAS AMBIENTAIS LEGAIS E MERCADO DE CARBONO APLICADOS AO AGRO**

De 17 a 20/02




## MARÇO

Curso

**PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO, TRIBUTÁRIO E PATRIMONIAL NO AGRONEGÓCIO**

De 15 a 22/03

Curso

**ESG NO SETOR AGRÍCOLA**

De 24 a 25/03, 31/03 e 01/04

Curso

**IA E NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EXCELÊNCIA E GESTÃO NO AGRONEGÓCIO**

De 10 a 14/03

## ABRIL

Curso

**DERIVATIVOS NA GESTÃO DE CENÁRIOS DE RENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO**

De 07 a 10/04

Curso

**O FIAGRO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS NEGÓCIOS NO CAMPO**

De 07 a 09/04

Curso

**LOGÍSTICA INTEGRADA NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PARA SOJA, MILHO E FERTILIZANTES**

De 21/04 a 06/05

# 2025



## PARLAMENTO EUROPEU ADIA LEI ANTIDESMATAMENTO PARA 2026

O Parlamento Europeu decidiu adiar a implementação da Lei Antidesmatamento por um ano, reacendendo controvérsias com a introdução de uma cláusula que reforça o caráter protecionista da legislação. Em uma votação apertada, a nova classificação de "risco zero" promete suavizar as exigências para a certificação de produtos livres de desmatamento, favorecendo diretamente produtores europeus e levantando novas discussões sobre comércio justo e sustentabilidade no cenário internacional.

Na sua coluna de dezembro último do programa Planeta Campo, no Canal Rural, Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV), analisa como essa mudança pode influenciar as relações comerciais e o mercado agropecuário, especialmente em um momento em que as pautas climáticas ganham destaque nas negociações da 29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 29/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em novembro, em Baku, no Azerbaijão.

Para assistir à coluna na íntegra, acesse o QR *code* a seguir:

## RELAÇÃO BRASIL-CHINA ALCANÇA SETORES NÃO CONVENCIONAIS

Os novos acordos firmados entre o Brasil e a China abriram quatro mercados inéditos para a exportação brasileira, ampliando as oportunidades de comércio em setores que vão além dos tradicionais produtos agropecuários. Para Cícero Zanetti de Lima, economista e pesquisador do OCBio, esses acordos são essenciais para diversificar as exportações brasileiras e fortalecer a já estratégica relação bilateral com a China, peça-chave para a economia do País.

Com mais de trinta parcerias firmadas, setores como o alimentício – incluindo redes de cafeterias – começam a se consolidar no vasto mercado chinês, gerando impactos positivos para empresas brasileiras e dinamizando o cenário econômico.

Confira a análise completa do pesquisador por meio do QR *code* a seguir:

## INTENSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL EM PAUTA NA COP 29

No painel "Productivity with Purpose: How sustainable intensification can feed more people while protecting our planet", realizado durante a COP 29, na Blue Zone, Talita Priscila Pinto, coordenadora do OCBio, representou o Grupo de Países Produtores do Sul (GPS) em uma discussão sobre intensificação sustentável. O debate destacou a necessidade de práticas que unam a produção de alimentos e a conservação ambiental, com a intensificação sustentável sendo apontada como essencial para atender a demanda global de forma ética e inovadora.

Talita enfatizou a importância estratégica desses encontros para dar visibilidade às iniciativas brasileiras e promover colaborações internacionais. Representar o Brasil e outros países da América do Sul reforça o protagonismo da região na busca por soluções que integrem produtividade e responsabilidade ambiental, fortalecendo o papel da agricultura sustentável no cenário global.

Para ler mais sobre a participação da coordenadora no evento, acesse o QR *code* a seguir:

## ESPECIFICIDADES DO MODELO BRASILEIRO DE NORMAS FLORESTAIS

O estudo "Normas Florestais no Mundo: Áreas Legalmente Protegidas em Propriedades Privadas", realizado por Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, traz uma análise abrangente das normas florestais em diferentes países, com ênfase nos mecanismos de proteção ambiental em propriedades privadas. A pesquisa explora instrumentos como servidão administrativa, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Unidades de Conservação (UCs), destacando as particularidades do modelo brasileiro em relação a outras nações.

O trabalho aponta o Brasil como único no uso extensivo de servidões administrativas para preservar florestas, enquanto países como os Estados Unidos e o Canadá favorecem abordagens voluntárias e incentivos econômicos. A análise reflete sobre os avanços e os desafios para equilibrar a proteção ambiental com o desenvolvimento econômico em contextos globais diversos.

Acesse o estudo na íntegra por meio do QR *code* a seguir:

## BRASIL PODE LIDERAR A AGENDA CLIMÁTICA EM 2025

Este ano que se inicia será um marco para a bioeconomia, segundo Camila Genaro Estevam, bióloga e pesquisadora do OCBio. Isso se deverá, especialmente, ao posicionamento do Brasil como protagonista no cenário global com a realização da COP 30 em Belém, no Pará, em novembro próximo.

A pesquisadora destaca que práticas como o plantio direto, a rotação de culturas e a diversidade agrícola não só reduzem custos para os produtores, mas também promovem a sustentabilidade no campo.

Segundo Camila, o OCBio seguirá investindo em estudos e modelos que demonstrem os benefícios da agricultura sustentável, reforçando o papel estratégico do Brasil na liderança climática e na transição para uma economia mais verde.

Para conferir a análise completa, acesse o QR *code* a seguir:

SHUTTERSTOCK



## AGROINDÚSTRIA CRESCE EM OUTUBRO E GARANTE EXPANSÃO EM 2024

Em outubro de 2024, o volume de produção da agroindústria brasileira registrou uma alta expressiva de 4,2% em relação ao mesmo mês de 2023, segundo o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro). Esse crescimento foi impulsionado pelos segmentos principais, o de produtos alimentícios e bebidas, com expansão de 1,4%, e o de produtos não alimentícios, que liderou o desempenho com um avanço de 7,4%. O forte crescimento reflete a combinação de dois fatores importantes: (i) um mercado interno aquecido; e (ii) um sólido ritmo nas exportações.

Dentro do segmento de produtos não alimentícios, a expansão foi generalizada entre os setores, com os seguintes destaques:

- Insumos agropecuários (+8,3%) – o setor foi impulsionado pela maior produção de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários. A recuperação desse setor reflete uma melhora na relação de troca do milho e perspectivas climáticas mais favoráveis com o fim do fenômeno La Niña, beneficiando a segunda safra. Apesar das dificuldades enfrentadas no início do ano, o setor demonstra uma trajetória consistente de recuperação.

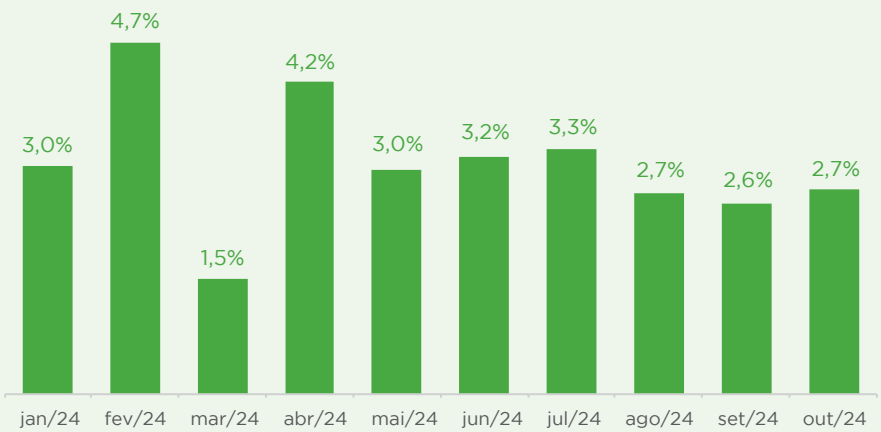
- Produtos florestais (+5,1%) – o bom desempenho foi puxado pela maior produção de madeira, celulose e papel. O mercado externo teve um papel crucial nesse resultado, com o volume exportado pelo setor registrando uma alta de 24,6% na comparação anual, conforme dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

**Considerando o bom desempenho dos últimos meses, é bem provável que a agroindústria feche 2024 com um crescimento de 2,7% ou mais. Mesmo que não crescesse no último bimestre do ano, o setor fecharia com 2,3% de crescimento acumulado.**

Por sua vez, o segmento de produtos alimentícios e bebidas apresentou uma expansão do seu volume de produção de 1,4% em outubro de 2024. Essa alta somente ocorreu por conta do aumento na produção de produtos alimentícios (+2,4%), uma vez que o setor de bebidas registrou uma forte contração (-4,0%). Já dentro do setor de produtos alimentícios, o principal destaque foi a produção de alimentos de origem animal, que cresceu 3,8% frente a outubro de 2023, favorecida pelo aumento na produção de carnes.

**AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÃO ACUMULADA DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2024 *VERSUS* JANEIRO A OUTUBRO DE 2023**

*De janeiro a outubro de 2024, a produção agroindustrial cresceu 2,7%, o melhor desempenho para o período desde 2010. Isso se deveu à alta de 2,8% no segmento de produtos não alimentícios e de 2,7% no de produtos alimentícios e bebidas.*




Fonte: FGV Agro

No acumulado de janeiro a outubro de 2024, o volume de produção agroindustrial apresentou um crescimento de 2,7%, o melhor desempenho para o período desde 2010. O resultado reflete um avanço consistente nos dois principais segmentos da agroindústria, com produtos não alimentícios acumulando uma alta de 2,8% e produtos alimentícios e bebidas avançando 2,7%.

Essa *performance* foi possível por conta da recuperação de setores estratégicos que enfrentaram desafios ao longo do ano, como os de insumos agropecuários – incertezas dos produtores agropecuários em relação aos preparativos para a safra 2024/25 – e de fumo – a produção foi fortemente afetada pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio último.

Dado o bom desempenho observado nos últimos meses, aumentou a probabilidade de a agroindústria fechar o ano com um crescimento de 2,7% (cenário-base do FGV Agro) ou superior. Para tal, basta que o setor acumule uma alta de 2,5% nos próximos dois meses.

É importante ressaltar, por fim, que esse, provavelmente, será um dos melhores anos para a agroindústria dos últimos quatorze anos. Mesmo que a produção agroindustrial não registre crescimento no último bimestre do ano (algo difícil de ocorrer), o setor fecharia o ano com um crescimento acumulado de 2,3%. Ainda assim, nesse caso, seria o maior crescimento anual desde 2010.

SHUTTERSTOCK



# EM UM MUNDO MAIS PROTECIONISTA, UM ACORDO VEM A CALHAR

ANDRÉ DIZ[1], FELIPPE SERIGATI[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

*No mundo mais protecionista pós-eleição de Donald Trump, autoridades do MERCOSUL e da UE aceleraram as negociações de um acordo anunciado há anos. Além de incrementar a produtividade de países dos dois blocos, o acordo propõe integração das cadeias produtivas, melhor fluxo de investimentos e adequação a protocolos climáticos. O impacto sobre o PIB do Brasil que o acordo terá, melhorando a já relevante relação do País com a UE, deve ser acrescido de impactos setoriais, em especial no agro. Já o fato de que os produtos brasileiros acessam o rigoroso mercado da UE sinalizará sua qualidade ao mundo, podendo facilitar a abertura de mercados não europeus para esses produtos. Assim, o Brasil só deve ganhar com o acordo entre os blocos.*

APÓS A eleição de Donald Trump, o mundo deparou-se com ventos mais protecionistas, que devem soprar nos próximos anos. Diante dessa perspectiva, autoridades governamentais do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União Europeia (UE) aceleraram a conclusão das negociações do acordo celebrado em 2019 entre os dois blocos, realizando um feito realmente importante para a economia brasileira.

Nesse sentido, é importante lembrar que a integração comercial entre países e blocos econômicos via redução de tarifas, quotas e outras barreiras não tarifárias favorece o acesso a novos mercados e a especialização produtiva, gerando um aumento na eficiência e na produtividade dos países.

Uma vez que a proteção aos mercados locais é reduzida via acesso de bens e serviços comercializáveis estrangeiros, há o aumento da competição. Com isso, os setores mais eficientes de cada país tendem a prevalecer sobre os demais, gerando uma maior capacidade de crescimento econômico e desenvolvimento. Em "economês", deve ocorrer uma alocação mais eficiente dos recursos produtivos.

Além disso, destaca-se que, para além do acesso privilegiado aos respectivos mercados, constam como objetivos secundários do acordo uma maior integração das cadeias produtivas, um reforço no fluxo de investimentos e mecanismos para reforçar a adequação aos protocolos do clima do Acordo de Paris.

Apesar de a entrada em vigor do acordo entre o MERCOSUL e a UE só acontecer após a assinatura das partes – processo que envolve etapas como a revisão legal e o encaminhamento para os respectivos processos internos (nacionais) de aprovação e ratificação – e de os novos termos poderem levar até quinze anos para entrar em vigor para setores específicos, a adesão garante aos países do MERCOSUL o acesso a um mercado de 448,8 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 18,59 trilhões, distribuídos entre os 27 Estados-membros da UE, considerando dados de 2023.

**Mesmo que ainda falte a assinatura das partes para o acordo entre o MERCOSUL e a UE entrar em vigor, a adesão garante aos países do MERCOSUL o acesso ao enorme mercado de 448,8 milhões de pessoas e ao PIB de US$ 18,59 trilhões, estimados para a UE em 2023.**

## IMPACTO ESTIMADO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

É importante salientar que, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o bloco europeu já ocupa a segunda posição em termos de fluxo de comércio do Brasil, com uma corrente de comércio, considerando os dados até novembro de 2024, de US$ 88,5 bilhões, representando 14,4% do total das exportações.

Ademais, ressalta-se que o acordo em questão, ainda segundo o MDIC, envolve 95% do volume total de bens e serviços exportados pelo Brasil ao bloco europeu, o que é equivalente a 92% do valor das exportações, além de representar 85% do total de bens e serviços importados pelo País, correspondendo a 91% do valor das importações.

Segundo um estudo de 2023 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado na sua Nota Técnica nº 68, a assinatura do acordo garantiria ao Brasil um aumento de até 0,46% no PIB entre 2024 e 2040, o que corresponde a um crescimento de US$ 9,3 bilhões no período, tendo um impacto muito maior para a economia brasileira do que os efeitos comparados aos países do MERCOSUL como um todo (uma alta de 0,2% do PIB – US$ 1,5 bilhão). Para a UE, o efeito seria um crescimento acumulado de até 0,06% do PIB (US$ 11,2 bilhões).

Já segundo estimativas do MDIC, o impacto sobre o PIB brasileiro seria de uma alta de 0,34% até 2044, o equivalente a R$ 37 bilhões, afetando, também, outros indicadores

macroeconômicos, como o montante de investimentos (+0,76%), os salários reais (+0,42%) e o nível de preços ao consumidor (-0,56%).

Sabemos, contudo, que os efeitos econômicos de um acordo de livre comércio com o segundo maior grupamento econômico do mundo não devem ser observados apenas em seu aspecto agregado, uma vez que mudanças setoriais significativas devem ocorrer em resposta à mudança de acesso ao mercado europeu.

No mercado de trabalho do Brasil, por exemplo, o Ipea estima uma alta de 8,9% no total de ocupados no subsetor de carne suína e de aves, 4,3% no subsetor de óleo e gorduras vegetais e 1,9% no setor de produtos alimentares. Por outro lado, os setores de produtos têxteis (-1,0%), máquinas e equipamentos (-1,4%) e equipamentos elétricos (-2,0%) devem apresentar redução na parcela de ocupados até 2040.

Pelos dados estimados das mudanças no mercado de trabalho, nota-se que os setores relacionados à agropecuária brasileira, por seu alto grau de competitividade, devem compor o grupo de setores com expectativas mais positivas sobre o acordo, enquanto uma parte da produção industrial sofreria com o aumento nas importações. Não à toa, uma parte ruidosa das vozes críticas ao acordo encontra-se entre os produtores rurais da França e da Itália, que, provavelmente, deverão sofrer uma maior concorrência dos produtos agropecuários do Brasil.

De qualquer forma, ao entrar em vigência, esse acordo deve trazer benefícios importantes para a economia brasileira, seja via atração de novos investimentos, seja via aumento no mercado potencial para os produtos brasileiros. ■

## EFEITO SINALIZAÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS BRASILEIROS

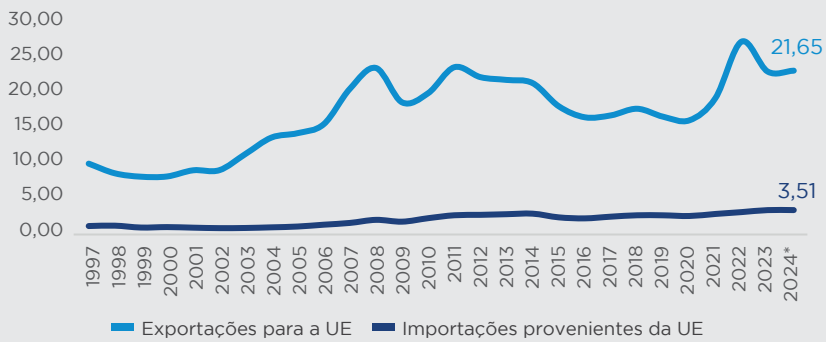
O bloco europeu já é um importante parceiro comercial do Brasil, sobretudo para o agronegócio. De acordo com informações do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a UE é, em valor, o segundo principal destino das exportações do agronegócio brasileiro (ficando atrás apenas da China), bem como a segunda principal origem das importações (atrás somente da Argentina) do setor. Ou seja, fica claro que o acordo comercial vem para fortalecer ainda mais uma relação que já existe e já é relevante.

Considerando que o mundo está ficando cada vez mais protecionista, esse acordo, neste momento, ganha ainda mais relevância. Desta forma, mesmo que o valor adicional a ser exportado pelo agronegócio brasileiro não seja, em termos proporcionais, tão grande, esse acordo tem um efeito sinalização muito importante. Isso porque, como a UE tem um perfil mais protecionista – impondo, por isso, barreiras (tarifárias, não tarifárias e ambientais) para que produtos externos possam acessar o seu mercado –, caso os produtos brasileiros passem a acessar o mercado europeu com mais facilidade, isso servirá como uma sinalização para o resto do mundo em relação aos atributos favoráveis dos produtos agropecuários brasileiros.

Essa sinalização da qualidade dos produtos do Brasil, que deve conseguir acessar o tão rigoroso (chegando ao ponto de ser protecionista) mercado europeu, pode gerar efeitos de segunda ordem, como facilitar os processos de negociação de abertura de mercados com outros países não europeus para os mercados brasileiros. Ou seja, o Brasil só tem a ganhar com o acordo comercial entre o MERCOSUL e a UE.

**BRASIL: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO EM RELAÇÃO À UE (US$ BILHÕES)**

*Neste momento, a UE destaca-se como um grande parceiro comercial do Brasil, em especial no agronegócio. Em valor, a UE é o principal destino dos produtos do agro exportados pelo Brasil e a segunda principal origem das importações do setor.*




*Dados até novembro
Fonte: MAPA

**Com o acordo entre o MERCOSUL e a UE, os setores do agro são o grupo com melhores estimativas de crescimento. Por anteverem uma maior concorrência dos produtos brasileiros, os produtores rurais da França e Itália estão entre as vozes mais críticas ao acordo.**

1Professor do MBA em Gestão do Agronegócio do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – acosta.diz@gmail.com

2Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

# EXPECTATIVAS PARA A SEGUNDA SAFRA 2024/25 DE MILHO

FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI*

*No começo da semeadura da safra de verão 2024/25 de milho, o clima se impôs: as chuvas demoraram para atingir as grandes regiões produtoras, prorrogando os trabalhos no campo. Com a melhora no volume de chuvas a partir de outubro último, a semeadura foi alavancada. Neste ano que se inicia, prevê-se uma atuação fraca da La Niña, gerando mais tempo para a soja no campo, o que eleva o risco para a janela do milho na segunda safra. Em vista desse panorama, este artigo aponta as principais estimativas para área, produção, produtividade e preços das duas safras de milho no ciclo 2024/25. Ainda que as incertezas quanto à oferta colaborem com o viés de alta nos preços, restam dúvidas sobre o potencial de produção para a segunda safra.*

A SEMEADURA da safra de verão 2024/25 de milho começou no Brasil diante de desafios, com destaque para o clima: as chuvas no Brasil Central e no MATOPIBA – região compreendida por partes dos estados do Maranhão, de Tocantins, do Piauí e da Bahia – tardaram a acontecer e os trabalhos no campo estiveram lentos até outubro último.

No Brasil, a semeadura concentrava 17,6% da área estimada até 24 de outubro. Em termos de comparação, a semeadura concentrava 28,4% da área há um ano.

Em Mato Grosso, principal produtor, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) estimou que, até 18 de outubro, a semeadura chegaria a 25,1% – pouco acima das estimativas apresentadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – da área estimada, o que corresponderia a um atraso de 34,9 p.p. em relação à safra 2023/24 e de 19,3 p.p. em relação à média das últimas cinco safras.

O clima também afetou a safra 2023/24. Para se ter uma ideia, sob o fenômeno El Niño, a semeadura em Mato Grosso concentrava 60,0% dos trabalhos, com uma média de 44,0% nas últimas cinco safras. Ou seja, a semeadura na safra vigente foi, até certo momento, ainda mais impactada.

Contudo, o quadro mudou, e o clima tem preocupado menos, uma vez que o volume de chuvas, a partir da segunda quinzena de outubro, melhorou, alavancando a semeadura – que caminhou bem de lá para cá –, e há um bom desenvolvimento nas áreas semeadas.

Da safra passada para a atual, o principal aspecto de risco é praticamente o mesmo: o atraso das chuvas e o risco de uma menor janela de semeadura, elevando as preocupações com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) adequado para a cultura.

Em 2023/24, muito se falou desse risco com relação à janela de semeadura do



SHUTTERSTOCK

milho safrinha, mas, em função do El Niño e das elevadas temperaturas, que levaram a perdas para muitos produtores, o ciclo da soja foi adiantado, proporcionando uma adequação à janela do milho.

Para este ano que se inicia, a tendência é de atuação do fenômeno La Niña, provavelmente com intensidade fraca, o que pode fazer com que o ciclo da soja ande dentro da normalidade, ou seja, passe mais tempo no campo, elevando o risco para a janela de semeadura do milho na segunda safra.

## NÚMEROS DA SAFRA 2024/25

Em 12 de dezembro último, a Conab apresentou o primeiro levantamento da safra 2024/25. Para o milho, na primeira safra, a área deverá diminuir – mas com recuperação em produtividade –, o que eleva o risco para a produção e a oferta nessa conjuntura climática incerta.

A expectativa para a safra de verão é de uma queda de 1,5% na produção, estimada em 22,6 milhões de toneladas, apesar da estimativa de maior produtividade (4,6%). A cultura de milho na safra de verão tem perdido espaço nos últimos anos, e, para o ciclo 2024/25, a expectativa é de uma retração em 5,9% na área semeada, que deverá passar de 3,9 milhões para 3,7 milhões de hectares entre as safras 2023/24 e 2024/25.

Porém, a área para a segunda safra deverá crescer (1,0%) na safra atual, passando de 16,4 milhões para 16,6 milhões de hectares. O crescimento porcentual da área, contudo, será o menor dos últimos dez anos.

A expectativa é de que a produtividade das lavouras cresça (3,8%), o que deverá resultar em uma produção de 94,6 milhões de toneladas, 4,8% maior do que a da safra 2023/24.

Por fim, a produção total de milho (primeira, segunda e terceira safras) está estimada em 119,7 milhões de toneladas, 3,5% maior do que a produção obtida no ciclo 2023/24. Mas ainda há chão para percorrer e semear até a consolidação da expectativa de produção no ciclo atual.

**Ao contrário da queda estimada para a área da safra de verão, espera-se um crescimento tímido para a segunda safra de milho no ano-safra atual (1,0%). Mas há expectativas de crescimentos maiores em produtividade (3,8%) e produção (4,8%) em relação à safra 2023/24.**

## DEMANDA POR MILHO E EXPECTATIVA DE PREÇOS

As incertezas quanto à oferta no ciclo 2024/25 ainda colaboram com o viés de alta, mesmo porque, apesar da expectativa de uma maior produção, há riscos quanto ao tamanho da oferta na próxima temporada, uma vez que a área com milho na primeira safra será menor – e a produtividade será responsável pela manutenção da produção, ou seja, qualquer frustração diminuirá o potencial.

Além disso, apesar de uma menor pressão quanto ao risco para a janela de semeadura na segunda safra de milho, ainda há dúvidas quanto ao potencial de produção para a segunda safra.

Do lado da demanda, a produção de etanol de milho cresceu na safra 2023/24. Estima-se que 6,0 bilhões de litros tenham sido processados na safra 2023/24, e a estimativa da Conab é de que a produção seja de 7,2 bilhões de litros na safra 2024/25, podendo chegar a 8,0 bilhões de litros, segundo a União Nacional do Etanol de Milho (UNEM).

Na safra passada, o crescimento da produção de etanol de milho no Brasil demandou 16,4 milhões de toneladas de milho, fazendo com que o setor consumisse 18,9% da demanda nacional.

**BRASIL: BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE MILHO**

(MILHÕES DE TONELADAS)

*Enquanto a área e a produção de milho da safra de verão devem cair em 2024/25, há estimativa de crescimento para as duas variáveis na segunda safra. Somadas as três safras, a produção de milho deve crescer 3,5% em relação à da safra 2023/24.*

| SAFRA | | Estoque inicial | Produção | Importação | Suprimento | Consumo | Exportação | Demanda total | Estoque final |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2018/19 | | 14,6 | 100,0 | 1,6 | 116,2 | 61,9 | 41,1 | 103,0 | 13,2 |
| 2019/20 | | 13,2 | 102,6 | 1,5 | 117,2 | 67,0 | 34,9 | 101,9 | 15,3 |
| 2020/21 | | 15,3 | 87,1 | 3,1 | 105,5 | 71,2 | 20,8 | 92,0 | 13,5 |
| 2021/22 | | 13,5 | 113,1 | 2,6 | 129,3 | 74,5 | 46,6 | 121,2 | 8,1 |
| 2022/23 | | 8,1 | 131,9 | 1,3 | 141,3 | 79,6 | 54,6 | 134,2 | 7,1 |
| 2023/24 | | 7,1 | 115,7 | 1,9 | 124,7 | 84,2 | 36,0 | 120,2 | 4,4 |
| 2024/25 | out/2024 | 4,4 | 119,8 | 1,9 | 126,1 | 87,0 | 34,0 | 121,0 | 5,1 |
| | nov/2024 | 4,4 | 119,6 | 1,9 | 126,0 | 87,0 | 34,0 | 121,0 | 4,9 |

Fonte: Conab; elaboração: Scot Consultoria

**"As incertezas quanto à oferta no ciclo 2024/25 ainda colaboram com o viés de alta, mesmo porque, apesar da expectativa de uma maior produção, há riscos quanto ao tamanho da oferta na próxima temporada, uma vez que a área com milho na primeira safra será menor..."**

Para a nutrição animal, principal mercado consumidor, o setor de aves e suínos, após um 2024 de margens interessantes para a agroindústria em meio a uma boa demanda – tanto externa, como interna –, deverá ter um aumento na produção neste ano que se inicia, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês).

Nesse contexto de maior demanda e oferta incerta, a expectativa é de um mercado com pouco espaço para retrações ao longo deste ano, salvo, é claro, os momentos de maior oferta e sazonalidades naturais, como é possível observar no Gráfico 1.

## MAS O QUE OCORREU NA SAFRA PASSADA?

Segundo um levantamento da Scot Consultoria, o preço do milho iniciou 2024 pressionado quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Enquanto, em 2023, o cereal iniciou o ano cotado, em média, em R$ 88,52 por saca de 60 quilos em Campinas-SP; em 2024, o recorte foi outro, com o grão cotado em R$ 67,52 por saca.

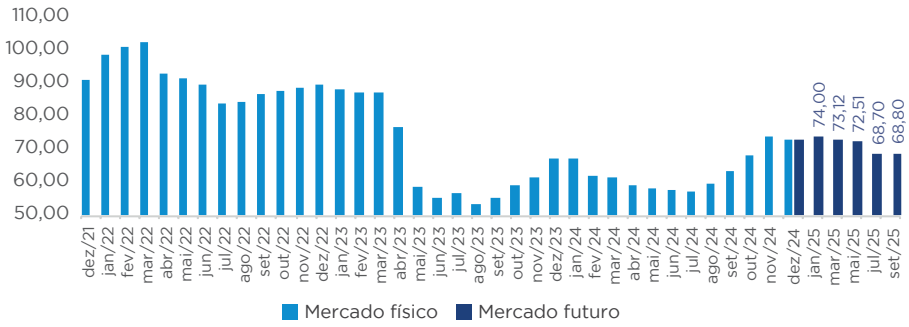
A safra 2022/23 foi recorde, o que trazia a expectativa de estoques finais confortáveis para o início da safra 2023/24. Mas não foi o que aconteceu.

Em 2023, com uma conjuntura internacional favorável, a exportação brasileira despontou – foram 55,9 milhões de toneladas embarcados no ano. Em 2024, o ritmo dos embarques foi menor. Até novembro último, a exportação somou 35,5 milhões de toneladas.

### GRÁFICO 1 – COTAÇÃO DO MILHO EM GRÃO NOS MERCADOS FÍSICO (CAMPINAS) E FUTURO (B3)

(R$ POR SACA)

*Em vista do crescimento de produção projetado para o setor de aves e suínos, estima-se um mercado com bastante espaço para a cultura de milho em 2025, com boas cotações, exceto em momentos de maior oferta e sazonalidades já estabelecidas.*

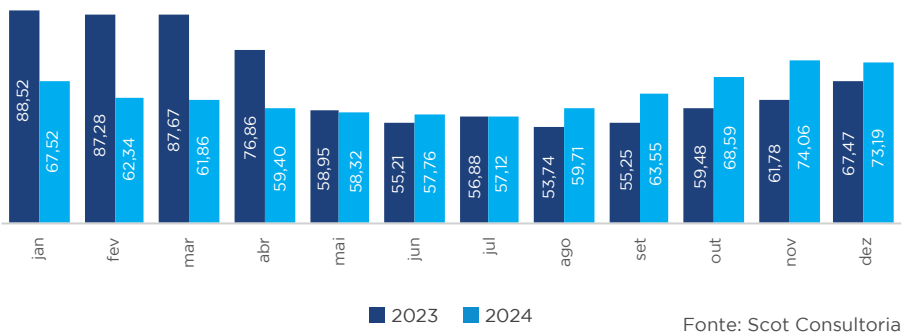



Fontes: Scot Consultoria; B3 (17 de dezembro de 2024)

### GRÁFICO 2 – CAMPINAS: PREÇO MÉDIO DO MILHO EM GRÃO

(R$ POR SACA DE 60 QUILOS)

*Dadas as incertezas devido aos desafios climáticos e à dinâmica dos estoques finais de milho em 2023, houve uma subida nos preços no fim do ano. As cotações caíram a partir de fevereiro de 2024, estabelecendo-se a partir de abril.*




Fonte: Scot Consultoria

Além disso, a demanda interna também cresceu em 2023, e, com isso, os estoques finais, que abasteceriam o mercado até a entrada da safra de verão 2023/24, diminuíram.

Com desafios climáticos na semeadura da safra de verão e forte seca durante o período de desenvolvimento da lavoura na segunda safra em 2023/24, a produção foi menor e a demanda, principalmente interna, manteve-se aquecida.

Com essas incertezas, os preços subiram no fim de 2023, mas perderam força conforme as preocupações quanto ao tamanho da quebra na produção se dissipavam. Assim, as cotações caíram a partir de fevereiro de 2024, encontrando um piso de preços a partir de abril (*vide* Gráfico 2).

A partir de julho de 2024, mesmo com a colheita da segunda safra concluída no Brasil e uma maior oferta doméstica, os preços do milho subiram. A demanda interna esteve aquecida, com destaque para as usinas de etanol de milho. O dólar colaborou com a alta nos preços em reais e, do lado vendedor, o atraso das chuvas entre setembro e outubro diminuiu a pressão das vendas.

Ademais, os estoques finais brasileiros para a safra 2023/24, ou seja, os estoques que abastecerão o mercado até fevereiro/março próximos, serão os menores dos últimos anos. ■

*Analista de mercado da Scot Consultoria

# DE OLHO NO ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE

CÍCERO ZANETTI DE LIMA*

*Depois de 25 anos de espera, o MERCOSUL assinou o acordo de livre comércio com a UE em dezembro último. Tendo sido enfrentadas as complexidades de integrar um mercado comum e uma união econômica, o pacote comercial do acordo, em 2019, começou a ser negociado e, há dois anos, atualizou vários dos seus pontos. Além de sumarizar essa atualização, este artigo descreve a oferta cautelosa da UE ao MERCOSUL sobre os produtos agropecuários, configurando a relação comercial como administrada, e não livre. Ainda que se preveja um aprofundamento da relação com a UE nos próximos anos, estimula-se o Brasil a buscar (via MERCOSUL ou sozinho) por outros mercados e revisitar acordos comerciais estratégicos que ficaram adormecidos desde 2019.*

NO INÍCIO de dezembro último, o bloco comercial Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), representado majoritariamente pelo Brasil, pela Argentina, pelo Paraguai e pelo Uruguai, assinou o tão esperado acordo de livre comércio com a União Europeia (UE). Ainda que o acordo esteja assinado, o comércio bilateral entre os blocos sob as regras do acordo só deve acontecer em meados deste ano, uma vez que diversos documentos precisam passar por revisão jurídica e devem ser traduzidos para diferentes idiomas oficiais.

Há diversas estimativas dos impactos econômicos do acordo. A estimativa oficial do governo brasileiro, nas negociações de 2019, era de que o volume de investimentos no Brasil poderia aumentar em até R$ 450 bilhões em quinze anos. Já a corrente de comércio (valor das importações mais exportações) poderia chegar a R$ 1 trilhão também no mesmo período. O pacote econômico e comercial do acordo entre o




AGÊNCIA BRASIL - RICARDO STUCKERT / PR

MERCOSUL e a UE começou a ser negociado em 2019, e, nos dois últimos anos, diversos pontos foram atualizados.

## ATUALIZAÇÃO DOS PONTOS GERAIS DO ACORDO

Primeiro, destaca-se que o capítulo de compras governamentais, política utilizada como instrumento para o desenvolvimento econômico e industrial, teve o seu escopo reduzido. Isso pode implicar, no futuro, menos concorrência nas compras governamentais, maiores preços e formação de conluios dada a quantidade restrita de fornecedores.

Em segundo lugar, houve um aumento no prazo para eliminação das tarifas de importação no setor automotivo. Os prazos variam de quinze até trinta anos dependendo da tecnologia. Por exemplo, em casos específicos de carros elétricos, os brasileiros devem esperar pelo menos dezoito anos para importar um similar europeu sem tarifa de importação.

Adicionalmente, também há um mecanismo de restrição quantitativa de importações, ou seja, as quotas de importação. Tais mecanismos fazem com que o comércio específico desses produtos seja administrado, e não livre. Esses pontos reforçam a histórica proteção dada ao setor automotivo brasileiro e vão na contramão das premissas básicas de um acordo de livre comércio.

Em terceiro lugar, houve a aprovação de um mecanismo que permite a criação de um imposto sobre as exportações de minerais críticos. Segundo o texto aprovado, o objetivo é desincentivar as exportações de produtos de baixo valor agregado e estimular a agregação de valor no país. Ao mesmo tempo, é de conhecimento comum na teoria econômica que a taxação de exportações é desastrosa do ponto de vista econômico, pois distorce incentivos, cria vantagens comparativas artificiais e pune vantagens comparativas naturais.

## IMPACTOS SOBRE O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Em acordos comerciais desse porte, não há lado santo ou vilão. Cada um está defendendo os seus interesses e objetivos econômicos e comerciais. Sabendo da capacidade tecnológica de produção e crescimento do agronegócio brasileiro, a oferta da UE ao MERCOSUL sobre os produtos agropecuários foi bastante cautelosa, ou seja, protege o mercado agropecuário europeu com um sistema de tarifas de importação e quotas quantitativas, o que, na prática, passa a ser um comércio administrado, e não livre, como citado anteriormente.

Observemos alguns exemplos: no caso das exportações de carne bovina, foram negociadas 99 mil toneladas (peso-carcaça), 55% resfriados e 45% congelados, com intraquota de 7,5% e volume crescente em seis estágios. Segundo a

### UNIÃO EUROPEIA: OFERTA AGRÍCOLA

*A oferta da UE ao MERCOSUL foi bem cautelosa, protegendo o seu próprio mercado agropecuário com um sistema de tarifas e quotas. Assim, os produtos agropecuários em que o MERCOSUL tinha vantagem sobre a UE tiveram um tratamento diferenciado.*

| PRODUTO | Tratamento |
|---|---|
| Carne bovina | 99 mil toneladas (peso-carcaça), 55% resfriados e 45% congelados, com intraquota de 7,5% e volume crescente em seis estágios. Quota Hilton (10 mil toneladas): a intraquota passará de 20% a 0% na entrada em vigor do acordo. |
| Carne de aves | 180 mil toneladas (peso-carcaça), com intraquota zero, 50% com osso e 50% desossados e volume crescente em seis estágios. |
| Carne suína | 25 mil toneladas, com intraquota de € 83 por tonelada e volume crescente em seis estágios. |
| Açúcar | 180 mil toneladas, com intraquota zero na entrada em vigor do acordo. Quota específica para o Paraguai de 10 mil toneladas, com intraquota zero. |
| Etanol | 450 mil toneladas de etanol industrial, com intraquota zero na entrada em vigor do acordo. 200 mil toneladas de etanol para outros usos (inclusive combustível), com intraquota de um terço da tarifa aplicada europeia (€ 6,4 ou € 3,4 por hectolitro) e volume crescente em seis estágios. |
| Arroz | 60 mil toneladas, com intraquota zero na entrada em vigor do acordo e volume crescente em seis estágios. |
| Mel | 45 mil toneladas, com intraquota zero na entrada em vigor do acordo e volume crescente em seis estágios. |
| Milho e sorgo | 1 milhão de toneladas, com intraquota zero na entrada em vigor do acordo e volume crescente em seis estágios. |
| Suco de laranja | Desoneração em sete e dez anos e margem de preferência de 50%. |
| Cachaça | Garrafas inferiores a 2 litros terão seu comércio liberalizado em quatro anos. A cachaça a granel terá quota de 2,4 mil toneladas, com intraquota zero e volume crescente em cinco anos. Atualmente, a aguardente paga alíquota de aproximadamente 8%. |
| Queijos | 30 mil toneladas, com volume crescente e intraquota decrescente em dez anos (exclusão de muçarela). |
| Iogurte | Margem de preferência de 50%. |
| Manteiga | Margem de preferência de 30%. |
| Frutas | Frutas como abacate, limão, lima, melão, melancia, uva de mesa e maçã não estarão sujeitas a quotas e terão suas tarifas completamente eliminadas. |

Fonte: MRE (2024)

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de carne bovina no Brasil foi de 10,22 milhões de toneladas em equivalente-carcaça em 2024. Portanto, caso a quota seja somente preenchida pelo Brasil, o valor de 99 mil toneladas é equivalente a apenas aproximadamente 1% da produção nacional de carne bovina.

**Não há santos ou vilões em acordos comerciais como esse que o MERCOSUL e a UE assinaram recentemente. Por saber da capacidade de crescimento do agro brasileiro, a oferta da UE foi bem cautelosa, promovendo um comércio administrado, em vez de livre.**

A mesma coisa vale para as produções de carnes de aves e suína. A negociação envolve, para a primeira carne, 180 mil toneladas (peso-carcaça), intraquota zero, 50% com osso e 50% desossados e volume crescente em seis estágios. Já para a última carne, tem-se 25 mil toneladas, intraquota de 83 por tonelada e volume crescente em seis estágios. Ainda usando a Conab como referência, esses valores representam apenas 1,19% e 0,47%, respectivamente, das produções brasileiras de carnes de aves e suína em 2024. A tabela na página anterior apresenta a oferta da UE ao MERCOSUL referente aos produtos agropecuários.

Veja que diversos produtos nos quais o Brasil, ou outro integrante do MERCOSUL, possui uma vantagem comparativa em relação à UE tiveram um tratamento diferenciado. É o caso das carnes bovina, de aves e suína, do açúcar, do etanol, do arroz, do mel, do milho e sorgo, do suco de laranja, da cachaça, dos queijos, do iogurte, da manteiga e das frutas.

Está evidente, aqui, que, em acordos dessa natureza, há ganhadores e perdedores. Cada lado tenta mitigar os efeitos negativos e potencializar as suas vantagens competitivas. A agenda para a manutenção da inserção internacional do agronegócio passa pelo acompanhamento desses acordos preferenciais de comércio. É uma forma de garantir acesso a novos mercados e amplificar a inserção internacional dos nossos produtos.

Certamente, no médio e no longo prazos, o fluxo de investimentos no Brasil irá aumentar e o aprofundamento comercial com a UE aumentará a razão das exportações em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do País. Por outro lado, ainda se faz necessária a busca por outros mercados, e diversos acordos comerciais estratégicos parecem estar adormecidos desde 2019 – com Reino Unido, Canadá, América Central, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês), entre outros.

Passado esse momento histórico de assinatura do acordo, é necessário que o Brasil, via MERCOSUL ou isoladamente, busque novos mercados ou o aprofundamento do comércio atual por meio de acordos preferenciais. A racionalidade econômica precisa ser mantida para evitar distorção de incentivos, vantagens comparativas artificiais e punição a vantagens comparativas naturais.

Da mesma forma, diversos outros pontos precisam ser observados, como a criação de regulamentações na UE, como a Deforestation Regulation ou o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM), os quais podem implicar aumento de custos de transação, criação de nichos de mercado, além de ainda não existirem um prêmio de preço ou uma disposição do consumidor europeu em bancar esses custos. ■

**"Passado esse momento histórico de assinatura do acordo, é necessário que o Brasil, via MERCOSUL ou isoladamente, busque novos mercados ou o aprofundamento do comércio atual por meio de acordos preferenciais."**

## COMPLEXIDADES DE UM ACORDO COM 25 ANOS DE HISTÓRIA

Um acordo comercial preferencial, como é o caso desse entre o MERCOSUL e a UE, permite aos países participantes estabelecerem entre si barreiras comerciais menos elevadas do que as aplicadas para as outras nações que não fazem parte do acordo. Os acordos preferenciais de comércio começaram a surgir na Rodada Uruguai, no final da década de 1980, e são o primeiro passo na escada de relacionamento comercial entre duas regiões ou países. Nesse caso, há um baixo nível de integração econômica – praticamente nenhuma – e uma baixa complexidade comercial, já que somente condições comerciais são estabelecidas.

Contudo, o acordo entre o MERCOSUL e a UE demorou 25 anos para ser assinado. Justamente pela complexidade que envolve em integrar comercialmente um **mercado comum** (o MERCOSUL) – que, atualmente, apresenta características mais de uma união aduaneira do que de um mercado comum em si – e uma **união econômica** (a UE) – formada por 27 países europeus que trabalham juntos para promover integração econômica, política e social na região. A UE é um dos blocos mais avançados do mundo em termos de cooperação, com instituições comuns e uma moeda única usada por vinte dos seus membros.

*Professor do MBA Executivo da Fundação Getulio Vargas (FGV) e pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia (OCBio/FGV) – cicero.lima@fgv.br

# CENÁRIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA FRANÇA

DA REDAÇÃO

*Com larga tradição e dotada de alta qualidade, a agropecuária da França possui os maiores comércio e dimensão do continente europeu. No período pós-pandemia, aumentos nos custos de produção têm apertado as margens dos agricultores franceses. Paira no setor, também, um descontentamento com as políticas ambientais empregadas pela UE. Baseado nos dados dos censos de 2010 e 2020 da França, este artigo analisa as mudanças ocorridas no agro quanto ao perfil de produtores e distribuidores, ao tamanho e distribuição das propriedades rurais e aos tipos de atividade desenvolvidos nelas. Reflete-se, ainda, sobre como os produtores franceses beneficiam-se do protecionismo da mesma forma que outros países da UE.*

NO TERRITÓRIO total da França, a agricultura praticada ocupa 26,7 milhões de hectares (49%), enquanto a área florestal envolve 6,0 milhões de hectares (28%). É a terceira nação europeia mais arborizada, depois da Finlândia e da Suécia. Essas condições privilegiadas ajudam o país a se posicionar entre as pujantes economias do mundo.

A administração do setor agrícola nacional enfrenta desafios para se sustentar moderna, com renda viável e escala de produção crescente. Desde a década de 1970, há uma forte retração no número de fazendas existentes (1,5 milhão). Isso acontece ao mesmo tempo em que se sucede uma evolução tecnológica inédita no mundo.

Dotada de reconhecimento mundial pela beleza urbana das cidades e pelo refino saboroso da culinária, a França, para completar, destaca-se por dispor da agropecuária de maior produção no continente europeu. Das exportações de US$ 550 bilhões, os produtos agrícolas giram em torno de 8%. A população francesa, de 68,4 milhões de habitantes, corresponde a 15% da população dos 27 países que compõem a União Europeia (UE), de 449,2 milhões de habitantes.

**"Dotada de reconhecimento mundial pela beleza urbana das cidades e pelo refino saboroso da culinária, a França, para completar, destaca-se por dispor da agropecuária de maior produção no continente europeu."**

## ATIVIDADES DE DESTAQUE NO TERRITÓRIO FRANCÊS

Quatro culturas predominam no plantio de 18 milhões de hectares. A triticultura domina em área e produção, seguida pelos milharais, usados para ração animal. Em tamanho menor, aparece a cevada, dirigida para consumo humano, produção de cerveja e ração animal. Por fim, há a colza (canola), para fabricar óleos vegetais e biocombustíveis.

A vitivinicultura sobressai pela produção de alta qualidade nas regiões de Bordeaux, Bourgogne e Champagne. A classificação do vinho depende do *terroir* (solo, clima, topografia e insolação), da matéria-prima, da vinificação, do envelhecimento e do armazenamento. O valor da bebida aumenta conforme a origem da uva.

Nas três principais proteínas animais – de bovinos, suínos e frangos –, a França cresce e disputa espaço em nível global. A demanda é impulsionada nos mercados em geral, em função da disponibilidade e da concorrência dos produtos.

Com criações concentradas nas regiões de Auvergne-Rhône-Alpes, Nouvelle-Aquitaine e Bourgogne-Franche-Comté, a França coloca-se como a maior produtora de carne bovina da UE. As raças tradicionais, como a charolesa e a limusina, predominam com práticas modernas de manejo. Da parte dos criadores, há uma preocupação com o aumento dos consumidores vegetarianos e veganos, além da grande entrada de cortes produzidos a custo mais baixo no exterior da Europa.

A região da Bretagne domina as criações avícola e suinícola. Na primeira dessas criações, produz perto de metade da produção nacional, superada apenas pela Polônia e pela Espanha. Na segunda criação, participa com 60% da produção, sucedendo a Alemanha, a Espanha e a Dinamarca. Considerados como sustentáveis e éticos, os consumidores valorizam tanto o sistema convencional de confinamento, como o de ar livre. O comércio é marcado

**TABELA 1 – FRANÇA: PARTICIPAÇÃO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DOS GRÃOS NA UE**

*Com as maiores área e produção da França, o trigo predomina, seguido pelo milho, utilizado como ração animal. Destacam-se, ainda, a cevada, voltada para a produção de cerveja, e a colza, utilizada no fabrico de óleos vegetais.*

| ATIVIDADE | Área (milhões de hectares) | Produção (milhões de toneladas) | Participação % na UE |
|---|---|---|---|
| Trigo | 5,00 | 36,00 | 25,7 |
| Milho | 1,50 | 13,00 | 11,7 |
| Cevada | 1,70 | 12,00 | 20,0 |
| Colza | 1,00 | 3,80 | 20,0 |
| Vitivinicultura* | 0,75 | 47,00 | 25,0 |

*Para este item, a referência de produção são milhões de hectolitros
Fonte: Eurostat

**TABELA 2 – FRANÇA: PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PROTEÍNA ANIMAL NA UE**

*Pilar no desenvolvimento de laticínios, a França é uma referência de tradição histórica no setor. Na UE, a produção de leite continua com patamares elevados, sendo que exporta 40% do total.*

| ATIVIDADE | Produção (milhões de toneladas) | Participação % na UE |
|---|---|---|
| Bovinocultura de corte | 1,4 | 20,9 |
| Suinocultura | 2,2 | 9,4 |
| Avicultura | 1,7 | 11,7 |
| Leite* | 23,0 | 15,0 |

*Para este item, a referência de produção são bilhões de litros
Fonte: Eurostat (2023)

SHUTTERSTOCK



por quotas e tarifas nas operações de importação e exportação.

Referência de tradição histórica na produção e no comércio mundiais de laticínios, com mercado renomado, a França é um pilar no desenvolvimento de leites, queijos, manteigas e iogurtes. Os patamares elevados na produção de leite da UE (145 milhões de toneladas) permanecem estáveis, com cerca de 40% exportados.

## *PERFORMANCE* TÉCNICA E ECONÔMICA GANHA ESPAÇO

A reestruturação da agropecuária francesa neste século XXI prossegue com aumento no tamanho e especialização das atividades nas fazendas. Voltado para a *performance* técnica e econômica, o espaço da agricultura profissional cresce apoiado na sociedade familiar. Os planos de sucessão na gestão da produção e da comercialização não conseguem interromper esse processo.

Os recursos implementados nas políticas agrícolas públicas passam a ser cobrados para desenvolver uma agricultura mais competitiva. A estratégia precisa adotar medidas que consigam dar retorno econômico e proteção ambiental. Nessa tendência, a tradição camponesa perde força e o governo prioriza o controle da conta pública.

Dados levantados pelo Ministério da Agricultura, Agroalimentação e Florestas da França mostram as mudanças estruturais detectadas na agropecuária durante os censos de 2010 e 2020. Há um leque de diversidade climática e de solos existentes nas diferentes regiões do país. Junto com a tênue redução na área (-1%), as propriedades rurais diminuíram de 490,0 mil para 389,7 mil unidades (-21%), mas aumentaram o tamanho médio de 41 para 69 hectares (68%). Em comparação ao Reino Unido (81 hectares), à Dinamarca (79 hectares), aos Estados Unidos (178 hectares) e ao Canadá (322 hectares), os níveis são superiores.

**TABELA 3 – FRANÇA: VARIAÇÃO DE ÁREA E RENDA NAS PROPRIEDADES RURAIS**

*Em termos de renda e área, as propriedades têm apresentado variações: ao passo que as grandes propriedades se expandem, as pequenas e as médias perdem espaço.*

| PROPRIEDADES | Renda (€ milhares) | Área (hectares) | Variação de área (hectares) |
|---|---|---|---|
| Grandes | 250 | Acima de 136 | De mais de 75 mil para 77 mil |
| Médias | 100 | 49 a 99 | De menos de 21 mil para 101 mil |
| Pequenas | 25 | Até 48 | De menos de 131 para 104 mil |

Fonte: Ministério da Agricultura, Agroalimentação e Florestas da França

Nas atividades desenvolvidas nos campos, 52% dedicam-se à produção vegetal, 37% a rebanhos animais e 11% a modelos mistos. As dimensões cresceram de 16 para 19 hectares (+19%) nas videiras, de 9 para 12 hectares (+33%) nas hortícolas e 77 para 87 hectares (+13%) nos cereais. Também houve um aumento de 78 para 106 hectares (+36%) na bovinocultura leiteira e de 65 para 85 hectares (+31%) na bovinocultura de corte.

As fazendas de propriedades próprias diminuíram de 70% para 58%. No emprego da mão de obra, 43% trabalham no manejo de vegetais, 42%, no trato de animais, e 15%, em outras funções.

A distribuição das propriedades rurais na agropecuária mostra variações quando se consideram a renda e a área. Ao mesmo tempo em que o espaço ocupado pelas grandes propriedades teve expansão, as pequenas e as médias tiveram regressão.

A agricultura de certificação orgânica abrange 47 mil unidades, em 2,5 milhões de hectares, com uma expansão de 3,7% para 12,1%. A participação dos fazendeiros com menos de 40 anos corresponde a 27%.

Nos chamados circuitos curtos das propriedades rurais às cidades próximas, o comércio direto representa 23%. A participação dos vendedores com idade de 50 a 60 anos passa de 25% para 58%, com participação das mulheres em 25%.

A qualidade do grau de educação e ensino dos agricultores aumentou bastante. Cresceu o número de institutos com especialistas para mostrar a cultura e a história da agricultura e do meio ambiente. Criado pela UE, o programa Da Fazenda Ao Garfo (From Farm To Fork), ligado ao sistema alimentar na França, envolve 3,4 milhões de trabalhadores, sendo 2,2 milhões na agricultura, na transformação industrial, na madeira florestal e na aquicultura e pesca.

## APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PROTECIONISTAS

Criadas em 1962, as regras da Política Agrícola Comum (PAC) da UE sempre passaram por reformulação. Novos parâmetros foram introduzidos à medida que se expandia o número de países que adentravam na UE. Nesse percurso, aumentou a demanda por recursos disponíveis para manter os agricultores no campo.

O Parlamento Europeu aprovou, em 11 de novembro de 2021, a PAC 2021-2027, prevista para entrar em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. O foco da reestruturação é desenvolver sistemas agroalimentares seguros e sustentáveis nas dimensões econômica e ambiental.

Os recursos do orçamento alocado, de € 387 bilhões, possuem duas origens:

- O Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) destina € 291,1 bilhões para pagamentos diretos – como apoio específico por cultura e hectare, cada país decide a distribuição;
- O Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) reserva € 95,5 bilhões para apoiar a inovação de tecnologias sustentáveis.

Três fontes principais compõem os subsídios pagos aos agricultores: (i) a UE, via a PAC; (ii) o governo francês; e (iii) as administrações regionais. Do orçamento total, a França fica com € 66,2 bilhões (18%), a Espanha, com € 46,4 bilhões (12%), e a Alemanha, com € 42,6 bilhões (11%).

Assim como os demais produtores rurais das nações da UE, os agricultores franceses auferem benefícios de políticas agrícolas protecionistas. Os produtos importados sofrem aplicações de tarifas elevadas nos produtos lácteos, nas carnes, nas frutas e nas verduras. Uma parcela expressiva da renda recebida vem de medidas dessa natureza.

O governo francês opera ações para valorizar a soberania alimentar do país, como: a substituição de agricultores experientes com idade avançada por meio de desenvolvimento de treinamentos; o aceleramento do processo de construir reservatórios de água para uso agrícola; e a construção de cercas portáteis para equilibrar a biodiversidade. Tudo isso diante da mudança climática global que afeta com frequência a produção agropecuária. ■

**"Assim como os demais produtores rurais das nações da UE, os agricultores franceses auferem benefícios de políticas agrícolas protecionistas. Os produtos importados sofrem aplicações de tarifas elevadas nos produtos lácteos, nas carnes, nas frutas e nas verduras."**

A ***Agroanalysis*** agradece, pelos dados prestados, a Ricardo Arioli, engenheiro-agrônomo, produtor rural e presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).



# FGV IN COMPANY

## SOLUÇÕES EFETIVAS E IMEDIATAS PARA DESAFIOS CONCRETOS DO AGRONEGÓCIO.

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa acompanhar as mudanças da sociedade. Para isso, a **FGV In Company** desenvolve os *Power Skills* das futuras lideranças desse mercado.

É um programa específico de orientação das habilidades técnicas e comportamentais, que mostra seus impactos no desempenho profissional e na gestão da carreira dos colaboradores, a partir das novas ferramentas digitais, com o propósito de uma formação de líderes completos e de articulações estratégicas.

Conte com os melhores resultados para sua organização.

FGV IN COMPANY

**ENTRE EM CONTATO E SAIBA MAIS:**

# ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE: IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

LEONARDO MUNHOZ*

*O anúncio do fim das negociações do acordo entre o MERCOSUL e a UE recebeu fortes protestos em dezembro último. Produtores europeus alegaram que a produção do MERCOSUL não é sustentável, o que geraria uma concorrência desleal. Contudo, o texto do acordo exige o cumprimento de dispositivos como o Acordo de Paris e os Protocolos da CDB, dos quais o MERCOSUL já faz parte. Assim, o desafio para o Brasil não será criar leis ambientais, mas sim implementar essas medidas. Em meio à estratégia de países europeus de utilizar exigências ambientais para restringir o comércio e garantir protecionismo, cabe ao Brasil explicitar as suas robustas leis e metas ambientais ao mercado europeu, combatendo a desinformação e alegações falaciosas.*

EM 6 de dezembro último, depois de 25 anos de tratativas e negociações, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) anunciaram o encerramento das negociações quanto ao texto final do acordo entre eles. Esse acordo pretende criar o maior bloco econômico/comercial do mundo, envolvendo 718 milhões de pessoas e aproximadamente US$ 22 trilhões.

Entretanto, como observado nas últimas semanas, houve fortes protestos por parte de produtores rurais europeus, em especial franceses, contra a formalização do acordo. Esses protestos usaram como argumento a suposta "falta de sustentabilidade da produção agropecuária do MERCOSUL", que geraria concorrência desleal com os produtores europeus. Nesse sentido, em meio a toda a redação do acordo, o capítulo que mais gerou conflito durante as negociações foi o de sustentabilidade e obrigações ambientais.

## TEXTO AMBIENTAL DO ACORDO

Hoje, o acordo conta com dezoito capítulos, sendo que há um específico intitulado "Comércio e Desenvolvimento Sustentável". Apesar do barulho criado por parte dos setores europeus sobre respeito ao meio ambiente, o texto desse capítulo do acordo basicamente reafirma tratados multilaterais de meio ambiente dos quais os países do MERCOSUL já são parte, inclusive nos quais o Brasil já atua com grande proatividade.

Especificamente nos artigos 6 e 7 desse capítulo, o texto exige respeito e cumprimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês) e dos seus protocolos, como o Acordo de Paris. Também são reafirmados os princípios elencados na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e os seus Protocolos (de Nagoya e de Cartagena). Portanto, nesses artigos, o acordo exige que os países foquem em suas políticas de combate às mudanças climáticas, com redução de emissões de gases do efeito estufa – prometida nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, também em inglês) –, e na preservação da biodiversidade, com acesso e repartição justa dos seus benefícios.

Já no artigo 8, consta o dever de preservação de florestas e seu uso sustentável, com foco no combate ao desmatamento ilegal. Para isso, prevê-se que as partes devem agir de forma conjunta e coordenada. O artigo 11 menciona, por sua vez, a criação de cadeias de fornecimento sustentáveis e responsáveis.

Por fim, os artigos 14, 15 e 16 preveem um sistema de monitoramento dessas obrigações, bem como uma forma para resolução de conflitos caso ocorram. Haverá um subcomitê responsável pelo acompanhamento dessas metas, com possibilidade de consultas e, caso necessário, resolução de conflitos. Deve-se destacar que esse tipo de mecanismo é normal no escopo de tratados internacionais – isso ocorre na CDB, na UNFCCC e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Adicionalmente, devido à pressão dos protestos dos produtores europeus e dos governos nacionais, houve a negociação de um adendo ao capítulo "Comércio e Desenvolvimento Sustentável" com mais cláusulas ambientais.

Apesar de se tratar de um anexo, o que sugeriria um aumento radical das exigências ambientais, esse adendo somente complementa e detalha as obrigações já assumidas no acordo principal. Com relação ao cumprimento da UNFCCC, do Acordo de Paris e da CDB, o anexo detalha metas dentro desses mesmos tratados, ou seja, cumprimento das NDCs, compromisso com atividades de adaptação e financiamento climático, metas globais de biodiversidade (como o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal), repartição justa dos benefícios da biodiversidade, energia limpa e transição energética. Portanto, o anexo somente explica obrigações já assumidas nesses tratados.

Por fim, o anexo faz conexão com a Lei Antidesmatamento da União Europeia, o Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento

(EUDR, na sigla em inglês). O texto enfatiza a importância de documentos e informações que permitam verificar a legalidade de produtos agropecuários e madeireiros, ou seja, há menção ao sistema de análise de risco previsto no EUDR, que entrará em vigor em janeiro de 2026.

## IMPACTOS REGULATÓRIOS SOBRE O BRASIL

Conforme observado, o texto do acordo reafirma tratados ambientais de que o Brasil já é parte. Com relação à UNFCCC e ao Acordo de Paris, o Brasil é um dos poucos países que já possui matriz energética limpa, não precisando de uma grande transição energética. Na 29ª Conferência das Partes (COP 29, na sigla em inglês), o País apresentou uma atualização robusta da sua NDC, com a meta de reduzir em 60% as suas emissões até 2030. Recentemente, foi sancionada a Lei Federal nº 15.042/24, criando o mercado de carbono regulado nacional. Adicionalmente, o Governo trabalha no Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), que irá englobar todas as políticas de mitigação e adaptação climáticas.

Quanto à preservação da biodiversidade e à repartição justa dos seus benefícios, o Brasil possui, desde 2015, a Lei Federal nº 13.123, que estabeleceu de forma clara o acesso e a repartição justa dos benefícios da biodiversidade.

No ponto de preservação florestal e desmatamento, é importante lembrar que o Brasil é um dos poucos países do mundo com um ordenamento nacional (Código Florestal – Lei Federal nº 12.651/12) que exige preservação de florestas dentro de imóveis rurais como obrigação legal, isto é, nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nas áreas de Reserva Legal (RL). Outros países, inclusive europeus, não possuem essa obrigação, e seus produtores rurais podem preservar matas, de forma voluntária, por meio de pagamentos com verba pública. Em suma, do ponto de vista regulatório, o Brasil possui um vasto ordenamento jurídico, que contempla tanto as obrigações assumidas nos tratados ambientais, como, por exemplo, a UNFCCC e a CDB, quanto as cláusulas do Acordo entre o MERCOSUL e a UE.

Entretanto, o desafio a ser enfrentado pelo Brasil não está na criação de leis ou políticas ambientais, mas na implementação eficaz dessas medidas. É notório que o Brasil tem uma tradição negativa de criar leis somente para deixá-las no papel, e isso pode ser negativo não só para o acordo entre o MERCOSUL e a UE, mas para o País não conseguir cumprir metas no contexto internacional como um todo.

Nesse ponto, a principal questão continua sendo o combate ao desmatamento ilegal. Esse assunto não é algo novo colocado no texto do acordo comercial, mas um ponto-chave na própria NDC brasileira no contexto do Acordo de Paris desde 2015. Portanto, devemos tratar o desmatamento ilegal como uma política de Estado, de forma séria, com monitoramento e punição dos responsáveis.

Outro desafio que vai se apresentando para os próximos anos é a rastreabilidade de produtos agropecuários. Mas isso já será demandado no EUDR, independentemente do Acordo entre o MERCOSUL e a UE. O EUDR exigirá de todos os países produtores agropecuários a capacidade de conectar a rastreabilidade de produtos às informações ambientais das fazendas.

Quanto a isso, em comparação aos seus concorrentes, o Brasil tem vantagem, uma vez que é o único país, até o momento, que não somente consegue ter sistemas de rastreabilidade individual, mas também dados ambientais de fazendas, com o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Outros países concorrentes, como os EUA, o Canadá e a Argentina, podem ter sistemas de rastreabilidade, mas não possuem levantamento ambiental de seus imóveis rurais como ocorre no Brasil. Entretanto, como sabemos, o CAR sofre de problemas e atrasos de validação há vários anos.

Portanto, todo o capítulo de sustentabilidade do acordo entre o MERCOSUL e a UE não adiciona nenhuma exigência desconhecida/nova. Todos os desafios ambientais a serem enfrentados são velhos conhecidos do Brasil (desmatamento, atraso no CAR etc.), mas que, por se darem num mundo no qual consumidores estão cada vez mais preocupados com consumo sustentável, ganham destaque.

**"...todo o capítulo de sustentabilidade do acordo entre o MERCOSUL e a UE não adiciona nenhuma exigência desconhecida/nova. Todos os desafios ambientais a serem enfrentados são velhos conhecidos do Brasil (desmatamento, atraso no CAR etc.)..."**

## PROTECIONISMO VERDE

Tanto as negociações do texto final do acordo entre o MERCOSUL e a UE como os recentes casos envolvendo a Danone e o Carrefour identificaram um fator que, certamente, ganhará destaque nos próximos anos dentro da agenda de comércio internacional: o protecionismo verde.

A Danone e o Carrefour ameaçaram deixar de comprar produtos brasileiros (isto é, soja e carne) com o argumento de que eles não seriam sustentáveis. O mesmo movimento está sendo feito por países europeus produtores de *commodities* agropecuárias, como a França e a Polônia, no escopo do acordo entre o MERCOSUL e a UE. Tal fato ocorre devido à pressão de produtores locais europeus preocupados com a concorrência dos produtos brasileiros, altamente competitivos.

Entretanto, utilizar o argumento de que não haveria sustentabilidade ou respeito

ao meio ambiente na produção rural brasileira não corresponde à realidade. Como já mencionado, o Brasil é um dos únicos países do mundo que possui leis como o Código Florestal, demandando legalmente preservação de matas em fazendas, algo que, na Amazônia, pode chegar a 80% do imóvel. Por outro lado, na Europa, o produtor preserva de forma voluntária por meio de programas de pagamento por serviços ambientais públicos – semelhantes ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) do Brasil.

Com relação aos financiamentos rurais, houve uma iniciativa da UE de condicionar esse financiamento a práticas ambientais básicas, como rotação de culturas, repouso do solo etc. Mas isso também foi motivo de protestos, fazendo com que a UE voltasse atrás e concedesse competência para os Estados-membros decidirem se essas condicionantes são aplicáveis ou não. Deve-se lembrar que esse tipo de condicionante de financiamento para o produtor brasileiro é somente normal, como observado no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (Plano ABC+).

Portanto, isso evidencia uma estratégia de se utilizar de exigências ambientais para restringir o comércio e garantir protecionismo. Nesse sentido, a OMC, nas suas regras, permite exceções comerciais – conforme o artigo XX do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês) –, inclusive com propósito de preservação ambiental. Entretanto, isso nunca pode ser feito de forma injustificada e arbitrária gerando discriminação entre produtores e/ou produtos.

Tendo em vista esse movimento protecionista, cabe ao Brasil não somente cumprir a sua própria Lei e as suas metas de meio ambiente (mais robustas do que as de quase todos os países), mas também demonstrar e explicar isso para o resto do mundo, especialmente o mercado europeu. Muitas dessas situações, como as encabeçadas por Danone, Carrefour etc., podem ser resolvidas meramente combatendo a desinformação gerada por setores concorrentes agropecuários interessados em manter seus mercados. ■

## PRÓXIMOS PASSOS DAS NEGOCIAÇÕES

Como próximos passos, partindo do princípio de que o texto do acordo entre o MERCOSUL e a UE não seja alterado novamente, deve haver um voto no Parlamento Europeu por maioria simples. Após essa votação no Parlamento, o Conselho Europeu vota por maioria qualificada – pelo menos 55% dos membros do Conselho, devendo representar no mínimo 65% da população desses Estados.

É importante destacar que, mesmo com oposição em Congressos Nacionais, como o francês e o polonês, o acordo pode entrar em vigor temporariamente no que diz respeito à competência exclusiva da UE, como tarifas e assuntos exclusivamente comerciais.

Agora, a grande questão é a aprovação do acordo no Parlamento Europeu e, principalmente, no Conselho Europeu, esperando-se que os países em oposição, como a França, a Irlanda, a Polônia e, mais recentemente, a Itália, não consigam a minoria de 35% para bloqueio.




AGÊNCIA BRASIL - RICARDO STUCKERT / PR

**"Tendo em vista esse movimento protecionista [percebido recentemente], cabe ao Brasil não somente cumprir a sua própria Lei e as suas metas de meio ambiente (...), mas também demonstrar e explicar isso para o resto do mundo, especialmente o mercado europeu."**

*Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

# O AGRO AJUDA A **CONSTRUIR UM MUNDO MELHOR**



## Em 2025, vamos semear ainda mais a força do cooperativismo

Neste Ano Internacional das Cooperativas, estipulado pela ONU, o impacto positivo das cooperativas será destaque ao redor do mundo.

No agronegócio, esse cenário é uma realidade perceptível. O movimento atua diretamente na geração de oportunidades no campo, de forma mais eficiente e sustentável, promovendo inovação, desenvolvimento e inclusão social.

O cooperativismo é, cada vez mais, protagonista na criação de um futuro próspero.

**Nossa jornada está apenas começando!**

2025 Ano Internacional das Cooperativas

Cooperativas constroem um mundo melhor

SistemaOcesp

O sistema de desenvolvimento das cooperativas.

www.sistemaocesp.coop.br

@sistemaocesp

# COP 30: ÚLTIMO ATO OU NOVA CENA NO MEIO CLIMÁTICO GLOBAL?

TALITA PRISCILA PINTO*

*Prestes a se tornar anfitrião da COP 30 da UNFCCC, o Brasil terá a oportunidade de demonstrar os resultados das suas políticas ambientais, com o peso de o evento ser realizado em uma cidade amazônica pela primeira vez. Sendo as COPs o palco central para o papel de maior detentor de biodiversidade do mundo que o Brasil tem desempenhado, este artigo rememora a atuação do País nesses marcantes eventos. Entre os avanços e desafios brasileiros, estão inclusos o pacto de baixo carbono firmado com o Acordo de Paris, a fragilização da governança ambiental e a consolidação da narrativa de inclusão social no discurso climático. Ao olhar para os dias de hoje, põe-se à prova o protagonismo do Brasil como liderança climática com base tangível.*

AS CONFERÊNCIAS das Partes (COPs, na sigla em inglês) têm sido um palco central para a negociação de acordos climáticos globais. O Brasil, maior detentor global de biodiversidade, desempenha um papel estratégico e singular nesse processo. Desde a sua adesão à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, também em inglês), o País assumiu compromissos crescentes para mitigar emissões e promover uma economia de baixo carbono, mas a sua trajetória apresenta avanços e desafios significativos.

Na COP 15, em Copenhague (2009), o Brasil anunciou voluntariamente a redução das suas emissões de gases do efeito estufa (GEE) entre 36,1% e 38,9% em relação ao cenário de emissões projetadas até 2020. Esse compromisso foi formalizado por meio da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), com foco em ações estratégicas como a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, a recuperação de áreas degradadas, o incentivo a energias renováveis e o fortalecimento de práticas agrícolas de baixo carbono.

Entre 2004 e 2012, o Brasil obteve reduções históricas no desmatamento da Amazônia, resultado de políticas como o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a expansão de áreas protegidas. Entretanto, a partir de 2016, o desmatamento voltou a crescer e as taxas observadas colocam em risco metas e compromissos atrelados à redução do desmatamento ilegal.

**"As Conferências das Partes (COPs, na sigla em inglês) têm sido um palco central para a negociação de acordos climáticos globais. O Brasil, maior detentor global de biodiversidade, desempenha um papel estratégico e singular nesse processo."**

## ACORDO DE PARIS E A ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A COP 21, realizada em Paris (2015), representou um ponto de inflexão nas negociações climáticas globais. O evento culminou na adoção do Acordo de Paris, um pacto histórico que estabeleceu o arcabouço para a transição global rumo a uma economia de baixo carbono. Com a participação de 196 partes, o acordo é amplamente reconhecido por representar uma mudança de paradigma na governança climática global. Diferenciando-se do Protocolo de Kyoto (1997), que limitava obrigações de redução de emissões a países desenvolvidos, o Acordo de Paris amplia a responsabilidade de países quanto à formulação e à implementação de suas metas nacionais de redução de emissões.

A atuação do Brasil na COP 21 reafirmou o compromisso nacional com a agenda climática global. O País apresentou a sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) – uma das mais ambiciosas entre os países em desenvolvimento –, que consolidou uma transição das metas voluntárias adotadas em Copenhague para metas absolutas e vinculadas ao Acordo de Paris. Os principais compromissos foram reduzir 37% das emissões de GEE até 2025 e 43% até 2030, com base nos níveis de 2005.

O País comprometia-se, também, a: erradicar o desmatamento ilegal na Amazônia até 2030 e promover a restauração de 12 milhões de hectares de florestas, além de alcançar a compensação de emissões por meio da restauração de áreas degradadas e manejo florestal sustentável; garantir que 45% da matriz energética nacional permanecesse renovável, ampliando a participação de fontes não hidrelétricas, como energias eólica, solar e de biomassa para pelo menos 23% da matriz elétrica; expandir programas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF); e recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, promovendo práticas de baixo carbono no setor agropecuário.

Entre 2015 e 2021, o Brasil alcançou alguns progressos significativos em relação às metas estabelecidas, mas enfrentou retrocessos consideráveis, especialmente na governança ambiental. O aumento nas taxas de desmatamento a partir de 2019, associado ao enfraquecimento de órgãos de fiscalização ambiental e à redução do orçamento para políticas climáticas, contrastou com o discurso ambicioso apresentado em Paris. O setor energético foi um dos poucos

avanços observados, com expansão das fontes renováveis, que, atualmente, representam 49,1% de toda a matriz.

Houve, também, avanços em práticas agrícolas sustentáveis via Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), o que contribuiu para a disseminação de tecnologias de baixa emissão no setor. Mas a adesão segue sendo um gargalo. Muitos pequenos e médios produtores enfrentaram dificuldades para acessar financiamento e adotar práticas inovadoras, o que limita o impacto das políticas em escala nacional. A implementação das metas revelou fragilidades institucionais e lacunas estratégicas que comprometeram o cumprimento integral dos compromissos.

## CONJUNTURAS DESAFIADORAS E RESPOSTAS A CRÍTICAS

A participação do Brasil na COP 26, realizada em Glasgow (2021), aconteceu em um contexto de alta pressão internacional. Com um histórico de compromissos assumidos em edições anteriores – especialmente na COP 21 –, o Brasil chegou à COP 26 em meio a conjunturas doméstica e global desafiadoras. Por um lado, o aumento do desmatamento e a fragilização da governança ambiental no País foram um alvo de críticas. Por outro lado, o Brasil buscou reposicionar-se internacionalmente ao atualizar a sua NDC para incluir uma meta de redução de emissões de 50% até 2030 e neutralidade climática até 2050.

Outros compromissos anunciados, como o fim do desmatamento ilegal até 2028 e a adesão ao Compromisso Global de Metano, refletiram um esforço para responder às críticas sobre a dificuldade do País em traduzir compromissos climáticos em ações efetivas. Enquanto a COP 21 simbolizou a consolidação do Acordo de Paris e a apresentação de metas de longo prazo, a COP 26 representou um momento de reavaliação e ajuste, em um contexto de maior urgência climática.

Depois da COP 26, o Brasil seguiu enfrentando intensas críticas relacionadas à governança ambiental. A COP 27, realizada em Sharm El-Sheikh (2022), foi marcada por discussões focadas em financiamento climático, perdas e danos, adaptação e implementação dos compromissos assumidos no Acordo de Paris. Para o Brasil, a COP 27 apresentou uma oportunidade de se reposicionar. O País adotou um discurso mais propositivo, destacando a Amazônia como um ativo estratégico e defendendo a criação do fundo global de perdas e danos.

Houve, também, a consolidação da narrativa de inclusão social no discurso climático, enfatizando a justiça climática e a necessidade de integrar comunidades indígenas e tradicionais nas soluções de mitigação e adaptação. Além disso, o Brasil anunciou um potencial protagonismo no financiamento climático e em mercados de carbono, incluindo a exploração de soluções baseadas na natureza para captação de recursos.

## DESAFIOS QUE PERSISTEM E OPORTUNIDADES DE PROTAGONISMO

O que se observa é que, até a última conferência, a COP 29, em Baku (2024), ficou evidenciado que os desafios globais persistem. As negociações sobre o aumento no financiamento para países em desenvolvimento continuam complexas, e a ausência de líderes de nações-chave gerou preocupações quanto ao impacto sobre as negociações e a implementação de políticas climáticas eficazes. O Brasil apresentou a sua nova NDC, estabelecendo metas ainda mais ambiciosas de redução entre 59% e 67% de emissões líquidas de GEE até 2035, tomando como referência os níveis de 2005. No entanto, a efetividade desses compromissos dependerá da implementação de políticas internas robustas e da capacidade de mobilizar recursos para enfrentar os desafios climáticos, preparando o terreno para a COP 30, em Belém.

Em 2025, veremos, pela primeira vez, a Conferência sendo realizada em uma cidade amazônica, o que carrega um peso simbólico significativo, destacando a importância do bioma para o equilíbrio climático global e a urgência de ações concretas para a sua preservação. O Brasil, ao ser anfitrião da COP 30, a ser realizada em novembro próximo, no coração da Amazônia, terá a oportunidade de demonstrar resultados tangíveis, como a redução das taxas de desmatamento e avanços na transição energética e na regulamentação de mercados climáticos, e destacar iniciativas de restauração florestal e promoção da bioeconomia. A consolidação dessa trajetória dependerá da capacidade de implementar políticas integradas que combinem desenvolvimento econômico sustentável, proteção ambiental e inclusão social, garantindo que os compromissos climáticos assumidos em Sharm El-Sheikh evoluam de intenções para ações concretas e verificáveis.

Como potencial protagonista da agenda do clima, a COP 30 será, portanto, uma linha divisória para o Brasil. Será o palco onde todo o protagonismo poderá ser visto. Para isso, é preciso provar que não é só discurso em meio a aplauso fácil. Se falhar mais uma vez, o País deixará de ser visto como uma potência ambiental para virar apenas um ator sem grandes qualidades, que promete grandes atos, mas nunca sobe ao palco principal. O mundo não espera mais discursos inflamados, mas sim uma liderança tangível. ■

**"Como potencial protagonista da agenda do clima, a COP 30 será, portanto, uma linha divisória para o Brasil. Será o palco onde todo o protagonismo poderá ser visto. Para isso, é preciso provar que não é só discurso em meio a aplauso fácil."**

*Coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

# GESTÃO DA PROPRIEDADE FAZ A DIFERENÇA

**BERNARDO PIRES**
Diretor de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

OS PRODUTORES rurais precisam aperfeiçoar a gestão das suas fazendas para atender as rigorosas legislações brasileiras, como o Código Florestal e os regulamentos sociais e trabalhistas, exemplificados pela Norma Regulamentadora (N-R) nº 31. Para isso, necessitam de apoio técnico a fim de melhorar seus sistemas de produção de maneira economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável, utilizando ferramentas modernas para a tomada de decisão.

As normativas ambientais promovem a conservação e a preservação da vegetação nativa, como nas áreas de Reserva Legal (RL), que variam de 20% a 80% da propriedade conforme o bioma, e nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), que incluem margens de rios, veredas, nascentes, topos de morros e encostas.

A legislação também exige uma gestão cuidadosa do ponto de vista social e trabalhista nas propriedades rurais. O desafio de melhorar continuamente os indicadores da produção agrícola está ligado à capacitação dos produtores e à melhoria da qualidade de vida dos funcionários, com treinamentos e cumprimento das normas trabalhistas.

A exigência do mercado por uma agricultura que forneça alimentos em quantidade e qualidade aumenta a cada ano. Outra demanda crescente é por produtos com uma baixa pegada de carbono, introduzindo no campo o conceito de agricultura de baixo carbono. Assim, as boas práticas tornam-se essenciais para alcançar uma alta eficiência produtiva e atender as expectativas de mercados cada vez mais comprometidos com as agendas relacionadas à mitigação do aquecimento global.

Da mesma forma, a observação da legislação social brasileira garante a proteção dos direitos dos trabalhadores e dos grupos sociais, uma vez que o Brasil adotou importantes convenções internacionais. Atualmente, a legislação trabalhista brasileira busca garantir condições de trabalho comparáveis às do setor urbano, melhorando os processos produtivos, aumentando a rentabilidade dos produtores e promovendo a qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

"...as boas práticas tornam-se essenciais para alcançar uma alta eficiência produtiva e atender as expectativas de mercados cada vez mais comprometidos com as agendas relacionadas à mitigação do aquecimento global."

O Agro Plus completou quatorze anos e se consolidou como o maior programa privado de assistência técnica e extensão rural voltado à orientação para o cumprimento da legislação socioambiental vigente aplicada aos imóveis rurais. Trata-se de um programa participativo e transparente, com atuação nacional, que visa atender as demandas do mercado por produtos sustentáveis, promovendo uma gestão mais eficiente das propriedades rurais. Assim, os parceiros e os produtores que participam do programa contribuem significativamente para a eficiência socioambiental do agronegócio brasileiro.

As linhas temáticas de ação do Agro Plus compreendem: qualidade de vida no trabalho, melhores práticas de produção agrícola, construções rurais, viabilidade financeira e econômica, qualidade do produto e responsabilidade social.

O programa capacita gratuitamente os produtores e os trabalhadores rurais para a melhoria contínua de suas propriedades. Ele oferece a distribuição de materiais específicos, promove



cursos sobre saúde e segurança no trabalho, adequação de construções rurais, regularização ambiental, além de dias de campo e visitas técnicas para análise e monitoramento de indicadores de desempenho social, ambiental e econômico.

> "Trata-se de um programa [Agro Plus] participativo e transparente, com atuação nacional, que visa atender as demandas do mercado por produtos sustentáveis, promovendo uma gestão mais eficiente das propriedades rurais."

Até o momento, os resultados são muito significativos: 8.200 fazendas participantes nos estados da Bahia, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Pará, do Paraná, do Piauí, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Tocantins receberam assistência técnica para uma gestão eficiente das propriedades por meio de 52 supervisores de campo, que também aplicam um *checklist* com 260 indicadores socioambientais e de construções rurais. Ao todo, 7,2 milhões de hectares de áreas agrícolas foram beneficiados, abrangendo culturas como soja, milho, café, algodão, trigo, pecuária, cana-de-açúcar, sorgo, cacau e sistemas agroflorestais, totalizando 38 milhões de toneladas de produtos agrícolas verificados. Para isso, os coordenadores e os parceiros investiram R$ 63 milhões entre 2012 e 2025.

Como ferramentas de gestão, o Agro Plus oferece gratuitamente aos produtores rurais que participam do programa: materiais didáticos, como manuais de regularização ambiental, de construções rurais, de procedimentos seguros em oficinas mecânicas e de gestão de resíduos; vídeos com diálogos diários de segurança; planos de emergência para as propriedades; *kits* com sessenta placas de sinalização de saúde e segurança; e blocos de controle de equipamentos de proteção individual (EPIs) e documentos.

O Agro Plus oferece diversos benefícios, conforme os seguintes públicos-alvo:

- **Produtores rurais –** acesso gratuito a cursos, treinamentos em dias de campo e assistência técnica individual; valorização do imóvel rural; maior eficiência nas práticas agrícolas e na conservação da vegetação nativa, da fauna, do solo e dos recursos hídricos;
- **Associações e cooperativas de produtores rurais –** fortalecimento institucional e participação ativa no apoio à gestão das propriedades associadas;
- **Consumidores –** garantia de consumo de produtos sustentáveis e valorização da imagem do agronegócio brasileiro;
- **Governo –** regularização socioambiental das propriedades rurais e parcerias com a iniciativa privada para apoio no desenvolvimento de políticas públicas;
- **Empresas do setor –** sustentabilidade empresarial, fortalecimento da parceria com o produtor e atendimento das demandas de mercados internacionais;
- **ONGs, universidades e instituições de pesquisa –** desenvolvimento de projetos socioambientais, capacitação e oferta de estágios e empregos;
- **Agentes financeiros –** parcerias com produtores, oferta diferenciada e redução de riscos.

Esse programa tem uma oportunidade ímpar de engajar projetos de extensão e pesquisa voltados aos produtores. A disseminação de melhores práticas e a ampliação de oportunidades econômicas, por meio da implementação de novas técnicas de manejo e gestão socioambiental da propriedade, são objetivos centrais que contribuem para a evolução contínua do programa.

Por conseguinte, alcançamos, em larga escala, a conservação dos recursos naturais, a governança das atividades produtivas e o bem-estar social dos trabalhadores e das comunidades locais, além de promover a boa imagem do agronegócio brasileiro e atender mercados mais exigentes quanto a produtos agrícolas sustentáveis. ■



# AVANÇO DA AGRICULTURA REGENERATIVA NO BRASIL



ALTAMIRO ALVERNAZ
Desenvolvedor da Tecnologia do Consórcio Probiótico (TCP)

LAUREADO PELOS Prêmios Nobel da Paz de 2007 e Mundial da Agricultura de 2018, além de professor emérito da Ohio University, o indiano Rattan Lal é a grande referência global na Ciência do Solo. As práticas agrícolas recomendadas pelo cientista levam solos férteis a desenvolverem a capacidade de capturar e armazenar grandes quantidades de carbono da atmosfera.

Desde 1975, Rattan Lal acompanha de perto a agricultura brasileira. Para ele, um solo saudável não é apenas fértil para as plantas, mas também crucial para o sequestro de carbono. Esse manejo adequado oferece uma solução natural para o combate às mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, melhora a saúde do solo e a produção agrícola.

Tudo isso acontece quando a dinâmica da diversidade microbiológica equilibra o ecossistema. O processo baseia-se em sete pontos:

- **Chave para o sequestro de carbono –** solo saudável é aquele rico em matéria orgânica e capaz de armazenar carbono de forma eficaz. Ele não só suporta melhor as plantas, como também atua como "sumidouro" de carbono, ajudando a mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

- **Presença da matéria orgânica no solo –** o aumento dessa matéria é uma das formas mais eficazes de sequestrar carbono. Adotar práticas agrícolas que aumentem o teor de matéria orgânica, como o uso de compostagem e adubos verdes e a manutenção de resíduos de culturas no campo, possibilita que o solo capture mais carbono atmosférico.

- **Práticas agrícolas de conservação –** a agricultura de conservação, que inclui o plantio direto, a rotação de culturas e o uso de culturas de cobertura, é uma das práticas promovidas para restaurar solos degradados e aumentar a capacidade do solo de capturar carbono.

- **Recuperação de solos degradados –** solos degradados podem recuperar grande parte de sua capacidade para capturar e armazenar carbono orgânico por meio de práticas agrícolas sustentáveis e de regeneração.

- **Integração em sistemas agrícolas (agrofloresta) –** além de capturarem e armazenarem carbono no solo, as raízes mais profundas das árvores em sistemas agrícolas (agrofloresta) proporcionam benefícios à saúde geral do ecossistema.

- **Redução do uso de insumos químicos –** a intensificação sustentável aumenta a produção agrícola sem expandir áreas cultivadas. Uma menor dependência de insumos químicos ajuda a melhorar a saúde do solo e sua capacidade de reter carbono.

- **Benefícios do sequestro de carbono no solo –** a captura de carbono no solo tem benefícios múltiplos, como melhora da fertilidade do solo, aumento na produtividade agrícola, melhora da resiliência a eventos climáticos extremos e, ao mesmo tempo, mitigação do aquecimento global.

Para entender o potencial existente no solo saudável, esses sete pontos servem de referência. Além da fertilidade, é fundamental agregar o papel essencial na mitigação das mudanças climáticas por meio do sequestro de carbono. Com essa aferição compulsória, cabe, também, alcançar a produtividade com alto desempenho para atender a demanda crescente.

Nessa vertente, entram as seletivas tecnologias e metodologias de natureza tropical desenvolvidas no Brasil. Todas têm um papel fundamental na ancoragem de uma agricultura pioneira cheia de novidades. Essa revolução biológica coloca a agricultura nacional entre as posições privilegiadas de liderança nesse novo contexto de produção e comércio agrícolas. ■



PRODUZIR

# O QUE ESPERAR DE 2025 NO AGRONEGÓCIO

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

OS DESAFIOS têm sido constantes para o agro brasileiro e dão sinais de que marcarão presença, novamente, neste ano de 2025.

Vamos nos lembrar do que enfrentamos em 2024. Foram diversos obstáculos com que o produtor rural precisou lidar. Preços de *commodities* como soja e milho estiveram em patamares mais baixos na maior parte do ano, enquanto os custos também caíram, porém não na mesma proporção, o que seguiu apertando as margens. Taxas de juros altas e crédito escasso prejudicaram a cadeia como um todo, e, infelizmente, o cenário pode repetir-se em 2025, já que as preocupações do Banco Central do Brasil (BCB) com a inflação seguem no modo de alerta.

Preocupam-nos, ainda, as questões geopolíticas. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia começa o ano sem perspectiva de acabar. Lembremos que 30% dos fertilizantes do mundo são produzidos pelos russos. Por outro lado, o governo de Donald Trump, nos EUA, promete aquecer uma guerra comercial com a China. No passado, um movimento semelhante chegou a favorecer a soja brasileira, mas ainda há dúvidas no mercado sobre possíveis efeitos do protecionismo também para o Brasil.

Nem tudo é negativo nesse horizonte. O ano que terminou foi marcado por preços elevados em setores como café, açúcar, suco de laranja e cacau. O cenário global de oferta e demanda não indica mudança drástica no cenário para essas *commodities*. Na soja, esperamos uma boa colheita, com clima bem mais favorável se comparado à última safra, que teve seca extrema em Mato Grosso e enchentes no Rio Grande do Sul. Uma produção maior tem levado analistas a projetarem preços ainda com pressão de baixa para os grãos, mas, se a produtividade das lavouras for maior, podemos evitar situações de perdas significativas ao produtor.

Podemos falar em um certo otimismo para 2025 quanto ao seguro rural no Brasil. Nos últimos meses, pleiteamos ao Executivo um total de R$ 4 bilhões para subvenção do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). No entanto, o orçamento seguiu com apenas R$ 1 bilhão para o subsídio ao prêmio.

Mas a boa notícia veio do Legislativo, por meio do trabalho da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), incansável em diferentes temas, inclusive na reforma tributária. Projetos já estão tramitando, um deles liderado pela senadora Tereza Cristina (PP/MS), para reformular o seguro rural, o que esperamos que poderá garantir um maior acesso aos agricultores.

Na pecuária, depois de passar boa parte de 2024 com preços da arroba do boi mais baixos, vimos uma recuperação no final do ano. Confiamos na eficiência dos nossos pecuaristas e na demanda internacional cada vez mais forte pela carne brasileira para que essas cotações possam se manter em 2025.

Outro assunto de destaque em 2025 para todos os brasileiros será a realização no Pará da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês). Trabalharemos muito para que temas como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) possam avançar nesse importante fórum global. O produtor rural presta um grande serviço para a humanidade ao manter áreas de vegetação nativa em altos índices – pelas áreas de Reserva Legal (RL) ou pelas Áreas de Preservação Permanente (APPs) –, porém não é remunerado por isso.

Os ventos podem soprar ora a favor, ora contra o agro do Brasil. Mas, de uma coisa temos certeza: o produtor rural não desanima e continuará fazendo a sua parte, garantindo alimentos na mesa, fibras e energia para o Brasil e o mundo. Bem-vindo, 2025! ■

Na bagagem, 2025 traz alguns dos obstáculos enfrentados pelo agro em 2024, como os preços baixos da soja e do milho, taxas de juros altas, crédito escasso, além de questões geopolíticas em curso e iminentes. Mas nem tudo é negativo no horizonte, afinal estima-se que setores como café, açúcar, suco de laranja e cacau permaneçam com preços elevados.

OPINIÃO

# 2024: O ANO DA FORÇA DO AGRO PAULISTA

GUILHERME PIAI FILIZZOLA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, produtor rural e empresário



O ANO de 2024 foi bastante desafiador para o agronegócio brasileiro. A série de eventos climáticos extremos que castigou diferentes regiões do País resultou em quebra de safra, dificuldades logísticas e perda de competitividade. Em São Paulo, para ajudar os homens e mulheres do campo a enfrentarem essas adversidades, o governador Tarcísio de Freitas autorizou a liberação R$ 290 milhões em recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), a maior da história do programa.

No estado, agricultores e pecuaristas têm apoio para seguir inovando em suas áreas e ampliar cada vez mais a produção. Prova disso é que São Paulo foi o estado que mais exportou itens do agronegócio no Brasil em 2024. Até novembro, 18,6% das exportações de produtos agropecuários saíram de São Paulo, ou seja, um em cada cinco produtos que saíram do País para o mercado externo foi produzido em São Paulo. Atualmente, mais de 43% das vendas do estado ao exterior são do agro, o que nos posiciona à frente de Mato Grosso e do Paraná nas exportações.

Nossas ações também miram o futuro e pavimentam o caminho da transição energética. Em São Paulo, o meio ambiente e a produção caminham juntos para viabilizar fontes de energia renovável. Agilizamos as licenças ambientais para a produção de biometano e biogás a partir da agroindústria canavieira, da pecuária, da avicultura e da suinocultura, com resoluções que dão suporte à instalação de unidades biodigestoras e à comercialização do excedente.

O governo estadual também prorrogou benefícios fiscais dos produtos agropecuários, bem como a isenção de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para carros, ônibus e caminhões de energia limpa. São passos históricos para a transformação energética de nosso estado e do Brasil, que demonstram como estamos trabalhando para servir o produtor rural.

Ao mesmo tempo, o governo de São Paulo continua a ser o único a implementar o Código Florestal, alcançando a marca de 100 mil propriedades validadas, com 25% do território paulista preservado. Temos como meta, até 2026, regularizar 100% das propriedades.

Em dezembro último, em parceria com a Desenvolve SP, lançamos o Plano Estadual de Irrigação Sustentável (Irriga + SP), com créditos no total de R$ 200 milhões destinados à segurança hídrica e ao aumento da produtividade. Também fomos pioneiros com a criação dos primeiros Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) estaduais no País, com um primeiro aporte de R$ 50 milhões, de um montante que somará R$ 500 milhões. Essa quantia inicial foi destinada para o desenvolvimento nas áreas de logística, agricultura de precisão e armazenagem.

Investimentos e sustentabilidade no campo têm de ser acompanhados por segurança jurídica. A Lei da Paz no Campo está sendo implementada e já regularizou mais de 150 mil hectares de terra, entregando títulos de propriedade para agricultores, principalmente no Pontal do Paranapanema, área de conflitos agrários no passado. Isso ficou para trás, pois, hoje, a última fronteira agrícola de nosso estado vive um *boom* econômico com a instalação de cooperativas e agroindústrias.

Não demos apenas os títulos, como destinamos mais de R$ 100 milhões para que esses produtores rurais tenham acesso a saneamento básico e moradia digna – por meio de nossa parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) – e dialoguem com o mercado consumidor – já que dobramos o teto do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS) em dois anos.

Isso tudo para honrarmos o que o governador Tarcísio de Freitas bem diz: "Cabe ao estado oferecer todos os instrumentos e deixar que as pessoas trabalhem". ■

"No estado, agricultores e pecuaristas têm apoio para seguir inovando em suas áreas e ampliar cada vez mais a produção. Prova disso é que São Paulo foi o estado que mais exportou itens do agronegócio no Brasil em 2024. Até novembro, 18,6% das exportações de produtos agropecuários saíram de São Paulo..."



REFLEXÃO

# DE 2024 A 2025: ALGO NOVO?

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

*Há algo mais no ar além de aviões...*
**Desconhecido**

A EUROPA, velha mãe, sofre dos males dos novos tempos, tão difíceis de acompanhar! Tantas novas tecnologias externas, dependências de países tanto energéticas, como alimentares, receios crescentes sobre a volta de Trump nos EUA, inflação complicada e crescimento econômico global baixo... O bloco europeu divide-se e vê blocos outros que se fragmentam, EUA e China dominantes, Rússia colocando limites e o Ocidente sem líderes.

Erguendo "muros" de protecionismos e precaucionismos, com a fixação de implementar regras unilaterais, abraçando restrições ao que antes era fomento aos países em desenvolvimento, a Europa mastiga, há 24 anos, um acordo de livre comércio com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A França quer cuspi-lo, enquanto outros preferem assiná-lo.

A fixação pelo Green Deal europeu, misto de desenvolvimento sustentável com proteção aos seus agricultores (que, aliás, não gostam das regras desse programa e se levantaram contra ele), explodiu nos últimos dias em textos franceses agressivos, mal elaborados, com erros grotescos assinados por CEOs de empresas do país com críticas ao possível acordo e deslavadas mentiras sobre o agro brasileiro e seus produtos. A reação brasileira veio a jato, e os pressionados CEOs (pelo governo francês) tiveram que voltar atrás, pois as empresas daqui reagiram à altura, afirmando que os boicotariam no mercado nacional e não mais exportariam após atender o volume já assumido anteriormente.

Na outra ponta do mundo ocidental do hemisfério Norte, Donald Trump promete taxação de produtos importados e ações efetivas relacionadas à Ucrânia/Rússia e ao Oriente Médio. Com o "*Make America great again*" (MAGA) e com a frase "*Drill, baby, drill*", e sem poupar ninguém, 2025 pode inaugurar complexas novas relações geopolíticas em um mundo que viverá crescimento menor e dificuldades para a transição energética.

"Com o '*Make America great again*' (MAGA) e com a frase '*Drill, baby, drill*', e sem poupar ninguém, 2025 pode inaugurar complexas novas relações geopolíticas em um mundo que viverá crescimento menor e dificuldades para a transição energética."

Contestando o programa do governo Biden – o Inflation Reduction Act (IRA) – e expandindo a oferta de hidrocarbonetos em plena luta contra o aquecimento global, Trump deverá expor a "hipocrisia" ambiental. Quem irá ser enfraquecido nisso? Um olhar rápido para 2025, nessas condições, traz arrepios de temor.

O Brasil, por outro lado, veio tropeçando em posicionamentos dúbios, escorregando em cascas de bananas venezuelanas, fazendo cortinas de fumaça aos fatos constrangedores, e, em 2024, sediou o G20. Por meio de qualificados agentes empresariais e públicos, o Business 20 (B20) levou ao G20 uma série de posições bem trabalhadas e atuais. O que saiu? A montanha pariu um rato, sem ações encomendadas, mas com adjetivos e frases de efeito que fariam inveja aos mais desfocados. O mesmo aconteceu com os líderes na reunião do bloco BRICS no Brasil.

Ao encaminhar a próxima reunião do G20 à África do Sul, os olhos de Brasília deverão estar voltados à 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês), em 2025! Realizada em Belém, no Pará, ela herda da COP 29 (em Baku) "dívidas" para com o futuro e, certamente, será muito pressionada a produzir resultados (Trump tiraria os EUA do Acordo de Paris?). Após Conferências seguidas em países petroleiros, chega-se ao Brasil, nos trópicos da biomassa, da floresta, com seu desenvolvimento próprio de tecnologia agroindustrial, com duas/três culturas no mesmo ano e na mesma área, etanol/biodiesel/bioeletricidade/biogás/biometano competitivos, áreas enormes com excelente potencial para recuperação agrícola e toda uma logística a desenvolver.

Há, ainda, tempo para realizarmos uma boa COP 30, com foco, coordenação e integração público-privada. O agro estará, sempre, à disposição. O setor privado produtivo não pode mais esperar! Não se pode permitir que seja a COP das florestas, mas sim a COP das soluções para as perspectivas sombrias das mudanças climáticas. ■

fgv.br/mba

# MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
# AGRONEGÓCIO

## FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

**CONHEÇA O CURSO.**
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

**INSCREVA-SE**



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.



# 30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO